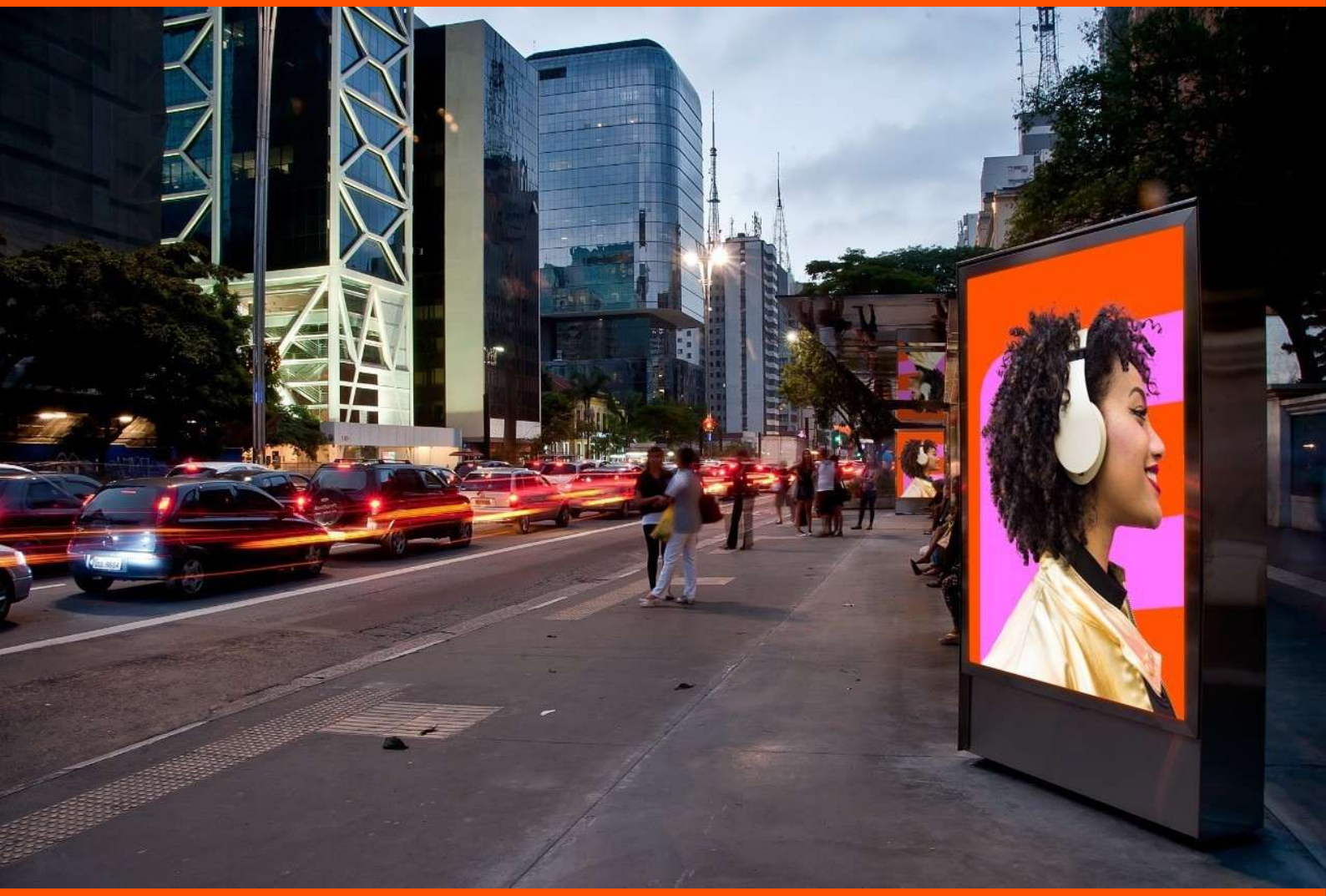
eletromidia

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



ELMD
B3 LISTED NM

Building a better working world

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Eletromidia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletromidia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de prestação de serviços

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece suas receitas, na extensão em que as obrigações de desempenho vão sendo atendidas e os serviços são prestados aos clientes pela ocorrência do período de tempo firmado em contrato por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. O reconhecimento é efetivado com base no método de prazo decorrido, em base linear, e contrato de veiculação da publicidade, conforme definido pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15).

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, grande volume de transações em base pulverizada e o uso dos relatórios gerados do sistema para a ocorrência do reconhecimento da receita.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela diretoria relativo a satisfação da obrigação de performance para o reconhecimento de receita; (ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; (iii) reconciliação do saldo de receita com os registros contábeis, bem como a apuração do nível de correlação entre a receita reconhecida na prestação do serviço, contas a receber e o recebimento da contraprestação em caixa; (iv) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo o exame dos respectivos contratos, pedidos de inserção e recebimento em caixa e, (v) análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita de serviços de veiculação de publicidade adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 3.6 e 22, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Building a better working world

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O

Irdes Xavier Veríssimo Silva
Contador CRC SP-282304/O

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	262.760	374.288	511.617	487.054
Contas a receber	7	173.836	220.615	260.956	298.382
Aplicações financeiras restritas	8	18.814	-	18.814	-
Tributos a recuperar		12.741	11.254	65.983	22.862
Dividendos a receber		901	965	-	-
Partes relacionadas	20	6.984	-	5.470	-
Outros ativos		14.088	13.732	16.899	16.965
		490.124	**620.854**	**879.739**	**825.263**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras restritas	8	-	25.294	-	25.294
Partes relacionadas	20	53.209	70.898	2.030	1.891
Depósitos judiciais		2.068	3.242	3.689	4.702
Tributos diferidos	25	85.353	71.536	136.023	108.279
Outros ativos		985	1.562	8.729	9.386
Investimentos	9	1.184.118	1.030.570	-	-
Imobilizado	10	232.108	194.831	473.940	405.042
Intangível	11	548.609	111.190	1.520.472	1.112.149
Direito de uso		29.019	35.272	35.525	41.494
		2.135.469	**1.544.395**	**2.180.408**	**1.708.237**
Total do ativo		**2.625.593**	**2.165.249**	**3.060.147**	**2.533.500**

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	140.866	114.270	196.080	144.188
Debêntures	13	13.730	208.194	13.730	208.194
Empréstimos e financiamentos	14	-	103.690	1.786	121.108
Passivo de arrendamento		6.098	5.326	8.455	6.969
Obrigações trabalhistas	15	40.328	32.748	54.757	45.519
Obrigações tributarias	16	9.063	7.017	81.061	22.484
Adiantamentos de clientes	17	45.256	95.740	74.490	118.340
Dividendos a pagar		28.615	3.014	36.397	9.064
Contas a pagar por aquisição de empresa	18	22.900	12.986	41.902	28.448
Instrumentos financeiros - derivativos		-	12.392	-	12.392
Outras obrigações		2.876	381	7.753	923
		309.732	**595.758**	**516.411**	**717.629**
Não circulante					
Debêntures	13	1.291.917	542.277	1.291.917	542.277
Empréstimos e financiamentos	14	-	70.307	8.706	77.901
Passivo de arrendamento		28.076	33.703	33.001	38.822
Obrigações tributarias	16	1.299	3.543	1.676	4.116
Contas a pagar por aquisição de empresa	18	3.167	22.176	11.701	30.220
Provisão para ações judiciais	19	8.291	5.905	16.238	11.326
Obrigações com partes relacionadas	20	17.067	15.707	-	-
Provisão para perda com investimento	9	-	387	-	-
Outras obrigações		5.396	9.931	16.069	65.394
		1.355.213	**703.936**	**1.379.308**	**770.056**
Patrimônio líquido					
Capital social	21	218.062	218.062	218.062	218.062
Reserva de capital		663.368	647.383	663.368	647.383
Reserva de lucros	21	85.845	9.042	85.845	9.042
Ações em tesouraria	21	(6.627)	(8.932)	(6.627)	(8.932)
Total de participação dos controladores		**960.648**	**865.555**	**960.648**	**865.555**
Participação de não controladores		-	-	203.780	180.260
		960.648	**865.555**	**1.164.428**	**1.045.815**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.625.593**	**2.165.249**	**3.060.147**	**2.533.500**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	22	**740.739**	**456.714**	**1.187.207**	**938.662**
Custos dos serviços prestados	23	(432.084)	(306.322)	(595.554)	(501.337)
Resultado bruto		**308.655**	**150.392**	**591.653**	**437.325**
(Despesas) receitas operacionais		**(103.550)**	**20.830**	**(304.970)**	**(222.969)**
Despesas comerciais	23	(45.537)	(18.890)	(52.823)	(29.054)
Despesas gerais e administrativas	23	(167.306)	(142.198)	(228.288)	(210.885)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	12.593	60.417	(23.859)	16.970
Resultado de equivalência patrimonial	9	96.700	121.501	-	-
Lucro operacional		**205.105**	**171.222**	**286.683**	**214.356**
Resultado financeiro		**(104.462)**	**(99.750)**	**(101.319)**	**(114.698)**
Receitas financeiras	24	36.465	29.145	47.810	38.648
Despesas financeiras	24	(140.927)	(128.895)	(149.129)	(153.346)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**100.643**	**71.472**	**185.364**	**99.658**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	25	-	(424)	(67.346)	(12.960)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	25	13.817	(3.941)	27.744	5.996
Lucro líquido do exercício		**114.460**	**67.107**	**145.762**	**92.694**
Atribuível aos acionistas controladores		114.460	67.107	114.460	67.107
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	31.302	25.587
Resultado por ação					
Básico	21			0,8222	0,4829
Diluído	21			0,7802	0,4577

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**114.460**	**67.107**	**145.762**	**92.694**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**114.460**	**67.107**	**145.762**	**92.694**
Atribuível aos acionistas controladores	114.460	67.107	114.460	67.107
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	31.302	25.587

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Atribuído à Participação de Controladores										
			Reserva de capital			Reserva de lucros					
	Capital social	Ações em tesouraria	(-) Gastos com Emissão de Ações	Reserva de capital - especial de ágio	Reserva de capital - outorga de ações	Reserva de retenção de lucros	Total de reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**218.062**	**(13.250)**	**(27.508)**	**663.819**	**7.323**	**-**	**-**	**(55.051)**	**793.395**	**160.591**	**953.986**
Compra de ações em tesouraria	-	(1.581)	-	-	-	-	-	-	**(1.581)**	-	(1.581)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	67.107	**67.107**	25.587	92.694
Plano de opções de compra de ações	-	4.460	-	-	5.188	-	-	-	**9.648**	-	9.648
Exercício de planos de opções de compra de ações	-	1.439	-	4.558	(5.997)	-	-	-	**-**	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	132	132
Destinação do resultado do exercício											
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(3.014)	**(3.014)**	(6.050)	(9.064)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	9.042	9.042	(9.042)	**-**	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**218.062**	**(8.932)**	**(27.508)**	**668.377**	**6.514**	**9.042**	**9.042**	**-**	**865.555**	**180.260**	**1.045.815**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	114.460	**114.460**	31.302	145.762
Dividendos adicionais propostos pagos	-	-	-	-	-	(9.042)	**(9.042)**	-	**(9.042)**	-	(9.042)
Plano de opções de compra de ações	-	2.305	-	(1.625)	17.610	-	**-**	-	**18.290**	-	18.290
Destinação do resultado do exercício											
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(28.615)	**(28.615)**	(7.782)	(36.397)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	85.845	85.845	(85.845)	**-**	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**218.062**	**(6.627)**	**(27.508)**	**666.752**	**24.124**	**85.845**	**85.845**	**-**	**960.648**	**203.780**	**1.164.428**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido antes dos tributos		**100.643**	**71.472**	**185.364**	**99.658**
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos ao caixa operacional					
Juros e variação cambial sobre empréstimos e debêntures	13 e 14	108.164	74.567	110.092	83.266
Juros sobre aquisição de controladas	18	2.757	3.700	5.246	9.663
Juros sobre arrendamentos		5.598	2.592	6.622	3.685
Provisão para demandas judiciais		2.386	1.366	7.732	2.088
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	23	6.314	185	7.123	234
Perdas efetivas em créditos	23	3.180	2.261	3.614	2.984
Depreciação e amortização		58.398	66.879	122.031	138.441
Equivalência patrimonial	9	(96.700)	(121.501)	-	-
Baixa de ativos imobilizado e intangível	10 e 11	255	4.366	743	5.532
Ajuste de preço sobre valores devidos por aquisição de empresa		-	-	-	(31.513)
Perda (ganho) com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos		(12.392)	21.272	(12.392)	21.272
Provisão participação dos empregados nos lucros		16.764	12.915	25.581	21.179
Plano de opção de ações	21.h	16.219	5.188	16.219	5.188
Amortização do custo de captação		10.515	3.683	10.978	3.996
		222.101	**148.945**	**488.953**	**365.673**
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		33.455	(90.907)	20.365	(105.280)
Tributos a recuperar		(1.487)	2.000	(43.069)	(7.252)
Depósitos judiciais		1.174	(194)	1.013	(1.468)
Outros ativos		219	6.483	(253)	13.284
Fornecedores		18.935	5.541	37.816	9.335
Obrigações trabalhistas		(9.418)	3.923	(17.164)	(8.669)
Obrigações tributarias		(198)	126	39.366	14.625
Adiantamento de clientes		(50.484)	53.073	(43.858)	56.925
Partes relacionadas		15.240	(42.834)	(11.658)	(1.891)
Outras contas a pagar		(2.040)	(3.244)	(5.556)	(3.108)
Caixa líquido originado das atividades operacionais		**227.497**	**82.912**	**465.955**	**332.174**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(4.490)	(50.790)	(14.718)
Juros pagos		(123.145)	(78.436)	(136.530)	(89.823)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais depois do imposto de renda, contribuição social e juros pagos		**104.352**	**(14)**	**278.635**	**227.633**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição 4YouSee, líquido de caixa adquirido	5	-	-	(7.439)	-
Pagamento de aquisição de controladas	18	(10.888)	(5.797)	(12.888)	(6.047)
Aumento de capital em controlada	9	(59.682)	(3.103)	-	-
Aplicação financeira restrita		6.480	4.672	6.480	4.672
Caixa incorporado - Elemidia e TVM		-	56.381	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(2.224)	(6.600)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(513.442)	(80.744)	(557.135)	(167.978)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(579.756)**	**(35.191)**	**(570.982)**	**(169.353)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e debêntures	13 e 14	1.289.009	569.566	1.291.939	569.566
Pagamentos de empréstimos e debêntures	13 e 14	(904.328)	(223.089)	(922.420)	(303.651)
Pagamento de passivo de arrendamento		(11.054)	(5.358)	(13.914)	(8.841)
Dividendos pagos		(12.056)	-	(12.056)	-
Pagamentos de dívidas com terceiros		-	-	(28.944)	-
Compra de ações em tesouraria		-	(1.581)	-	(1.581)
Recebimento do preço de exercício de opções de ações	21. f	2.305	4.460	2.305	4.460
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**363.876**	**343.998**	**316.910**	**259.953**
Aumento (redução) líquido de caixa		**(111.528)**	**308.793**	**24.563**	**318.233**
Caixa no início do exercício		374.288	65.495	487.054	168.821
Caixa no final do exercício		262.760	374.288	511.617	487.054

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita operacional	836.941	507.589	1.350.836	1.047.838
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas	(9.494)	(2.446)	(10.737)	(3.218)
Outras receitas	67.618	63.202	3.657	17.824
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos de serviços	(364.855)	(247.262)	(477.239)	(386.206)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(119.689)	(43.337)	(105.407)	(56.229)
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia	**410.521**	**277.746**	**761.110**	**620.009**
Retenções				
Depreciação e amortização	(58.398)	(66.879)	(122.031)	(138.441)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**352.123**	**210.867**	**639.079**	**481.568**
Resultado de equivalência patrimonial	96.700	121.501	-	-
Receitas financeiras	36.465	29.145	47.810	38.648
Valor adicionado recebido em transferência	**133.165**	**150.646**	**47.810**	**38.648**
Valor adicionado a distribuir	**485.288**	**361.513**	**686.889**	**520.216**
Distribuição do valor adicionado	**485.288**	**361.513**	**686.889**	**520.216**
Empregados	**128.904**	**93.176**	**161.228**	**130.270**
Salários e encargos	95.921	75.073	119.428	103.903
Participação dos empregados nos lucros	16.764	12.915	25.581	21.179
Plano de compra ações	16.219	5.188	16.219	5.188
Tributos	**95.856**	**71.595**	**217.897**	**132.843**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.817)	3.941	(27.744)	(5.996)
Federais	80.910	50.814	198.082	102.718
Estaduais	130	-	194	593
Municipais	28.633	16.840	47.365	35.528
Financiadores	**146.068**	**129.635**	**162.002**	**164.409**
Juros e variação cambial	116.348	121.819	121.741	143.625
Outras despesas financeiras	24.579	7.076	27.388	9.721
Aluguéis	5.141	740	12.873	11.063
Remuneração de capitais próprios	**114.460**	**67.107**	**145.762**	**92.694**
Distribuição de dividendos	28.615	3.014	36.397	9.064
Lucros (prejuízos) retidos	85.845	64.093	85.845	64.093
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	23.520	19.537

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a companhia

A Eletromidia S.A. ("Eletromidia" e/ou "Companhia") é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, SP na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 700, 9º andar. A Companhia realizou em 17 de fevereiro de 2021 a oferta pública de ações passando a ser negociada no mercado sob o código "ELMD3".

A Companhia e suas controladas, Publibanca Brasil S.A., Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda., Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda., Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., Eletromidia Concessões e Participações Societárias Ltda., Eletromidia Rio L1 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. e Eletromidia Rio L2 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. são definidas em conjunto como ("Grupo").

O Grupo tem como atividade preponderante a veiculação de mídia OOH (*out-of-home* ou "fora de casa"), através de uma plataforma completa, com painéis digitais e estáticos, combinados com tecnologia e localizados em um portfólio diversificado de ambientes em quatro áreas de atuação: (i) transportes (trilhos e aeroportos), (ii) edifícios (residenciais e comerciais), (iii) shoppings e (iv) ruas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas ("o Grupo") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 28 de março de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e das suas controladas de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, abrangem informações da Eletromidia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação às investidas.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a base de consolidação:

	% Participação	
	31/12/2024	31/12/2023
Participação Direta		
Publibanca Brasil S.A. ("Publibanca")	**100%**	100%
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda. ("Nova Noalvo")	**100%**	100%
Eletromidia Concessões e Participações Societárias Ltda. ("ELT Concessões")	**100%**	100%
Eletromidia Rio L1 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia RJ L1") (i)	**100%**	-
Eletromidia Rio L2 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia RJ L2") (i)	**100%**	-
Participação Indireta		
Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE LTDA ("Moohb")	**100%**	100%
Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Otima")	**74,65%**	74,65%
Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia POA")	**97%**	97%
Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia REC")	**100%**	100%
F6 Sistemas de Informática Ltda – ("4YouSee") (i)	**100%**	-

(i) Conforme descrito na nota explicativa 5.

2.3. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

3. Informações materiais da política contábil

3.1. Combinação de negócios e ágios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras segmentadas estão disponíveis e são avaliadas pelo tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. O principal tomador de decisões operacionais é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia em conjunto com o Conselho de Administração.

A conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços veiculação de publicidade, tendo em vista que:

(i) Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas;

(ii) O objetivo da Companhia e suas controladas é de prover seus clientes, serviços de veiculação de publicidade em espaços publicitários; e

(iii) Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

3.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBCTG 9 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

3.4. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da companhia e das suas controladas.

- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia e das suas controladas.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A Companhia e suas controladas não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.5. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

A Companhia após discussão com os avaliadores externo, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Administração, em conjunto com os avaliadores externos, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

3.6. Reconhecimento da receita

Receita de contrato com cliente

A receita é reconhecida por um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia reconhece a receita de acordo com princípios fundamentais considerando os seguintes passos: a) identificação do contrato com cliente; b) identificação das obrigações de performance contidas no contrato; c) determinação do preço da transação; d) alocação do preço da transação às obrigações de performance; e e) reconhecimento da receita quando (e à medida que) a Companhia satisfaça a obrigação de performance. Não há contraprestação variável, obrigações de devolução ou restituição e tampouco componente de financiamento significativo.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando ocorre a disponibilização das telas pelo período de dias firmados em contrato para a veiculação do serviço de publicidade por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses serviços. A Companhia e suas controladas concluem, de modo geral, que é o principal em seus

contratos de receita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e são reconhecidas com base no período de veiculação da publicidade, suportado por documento firmado entre as partes, quando aplicável.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para futuras veiculações e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência e em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

3.7. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido, quando aplicáveis. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
- Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia reconhece passivos diferidos sobre benefício da amortização fiscal de ágios (*goodwill*) considerando que na hipótese de baixa do ágio por *impairment* exista uma provisão associada a despesa indedutível desse *impairment* para a reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado.

Conforme legislação fiscal, as alíquotas de tributos sobre as vendas são:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%;

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Distribuição de lucros e dividendos

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia e das suas controladas ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia e das suas controladas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e das suas controladas ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia e das suas controladas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3.9. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Grupo do ativo imobilizado	% a.a.
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Abrigos	5 a 7
Painel digital	5 a 10
Móveis e utensílios	10
Painéis	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. O contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 3.6 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia e suas controladas não possuem ativos nessa categoria.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

A Companhia e suas controladas não possuem ativos nessa categoria.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Desreconhecimento

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, valores devidos por aquisição de participação, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debentures, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Notas 18 e 19.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.13. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.14. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrente da exploração dos serviços de veiculação de publicidade.

Determinadas agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de bonificação de acordo com o volume de vendas atingido. Anualmente, a Companhia e suas controladas realizam uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para ações judiciais

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos associadas a riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

3.16. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

3.17. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidas da Companhia e das suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidas estão apresentadas em Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia e das suas controladas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro".

3.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidas tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste, com exceção aos ajustes a valor presente de arrendamentos financeiros.

3.19. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento e os correspondentes ativos de direito de uso.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, como mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. O montante da remensuração do passivo de arrendamento é considerado como um ajuste em contrapartida ao valor do ativo de direito de uso.

Os contratos de locação do Grupo são compostos substancialmente por imóveis.

3.20. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia e suas controladas estão atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Estimativas e premissas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i) *Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)*

Para determinar os valores recuperáveis dos ativos não circulantes avaliados nos testes de recuperabilidade, é necessário estimar os valores justos de reposição, líquidos dos custos de venda, ou dos valores em uso. Para a avaliação do valor recuperável em uso é necessário adotar premissas relativas aos fluxos de caixa operacionais e outras premissas macroeconômicas tais como taxas de desconto, inflação, câmbio e outras. Durante o exercício, a Administração concluiu que não existiram indicativos de *impairment*. As principais premissas estão destacadas na Nota 13.

ii) *Provisões para ações judiciais*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para causas cíveis, tributária e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

iii) *Provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa*

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das suas contas a receber, levando em consideração as estatísticas de perdas históricas, e quando necessário, uma avaliação individual das principais contas a receber inadimplentes com riscos eminentes de realização.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos por categoria de privados e governos que apresentam padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas que revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito e anualmente as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

iv) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (Nota 31).

5. Principais eventos ocorridos

Combinações de negócios em 2024

F6 Sistemas de Informática Ltda. ("4YouSee")

Em 17 de outubro de 2024, a Nova Noalvo Serviços de intermediação Ltda., subsidiária da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 100% do capital social da F6 Sistemas de Informática Ltda., uma companhia de capital fechado com sede no Brasil, referência em soluções de softwares para gerenciamento de telas e análise de dados, impulsionando negócios com tecnologia de ponta para OOH (*out-of-home*) e Varejo.

Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:

	4YouSee
(=) Contraprestação transferida	**11.621**
(-) Pagamento à vista	**(7.641)**
(=) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas	**3.980**
Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamento à vista	**(7.641)**
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	**202**
(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	**(7.439)**

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda da conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

F6 Sistemas de Informática Ltda Balanço patrimonial na data da aquisição	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixas e equivalentes	202
Contas a receber	194
Impostos a recuperar	52
Outros ativos	2
Imobilizado	173
Intangível	57
	680
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	(248)
Fornecedores	(355)
Obrigações sociais e trabalhistas	(595)
Imposto a pagar	(70)
Outros passivos	(145)
	(1.413)
Patrimônio líquido negativo adquirido	**(733)**
Alocação do ágio	
Parcela adquirida	**100,00%**
Contraprestação transferida (valor pago) a valor justo	11.621
Patrimônio líquido negativo adquirido	(733)
Total de ativos intangíveis identificados a valor justo (*)	6.563
Ágio	**5.791**

O ágio pago de R$5.791 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição que não pode ser reconhecida separadamente.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis:

(*) Intangível identificado	R$	Método	Vida útil (anos)
Marca	931	Relief-from-Royalty	24
Acordo de não competição	1.413	With and Without	5
Software	1.634	Relief-from-Royalty	5
Relacionamento com clientes	2.585	Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM	8,1

Desde a data da aquisição, a 4YouSee contribuiu com uma receita líquida de R$1.357 e lucro líquido de R$147 para o resultado consolidado. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a 4YouSee teria contribuído com uma receita líquida de R$7.864 e com prejuízo de R$651. Os custos de transação no valor de R$356 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas gerais e administrativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Constituição de controladas em 2024

Eletromidia Rio L1 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.

Em 13 de novembro de 2024, a Companhia constituiu a Eletromidia Rio L1 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., uma sociedade por ações e detém 100% do seu capital social.

Suas principais atividades serão a prestação de serviço público para a concepção, desenvolvimento, fabricação, fornecimento, instalação, manutenção e conservação de mobiliário urbano de uso e de utilidade pública, referente ao Lote 1, no município do Rio de Janeiro/RJ, em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão a ser firmado entre o Município do Rio de Janeiro, em virtude de procedimento licitatório constante no Edital da Concorrência CO SMCG nº 003/2024, bem como a consecução de atividades correlatas.

O contrato de concessão terá duração de 20 anos e inclui a comercialização publicitária exclusiva dos espaços públicos no município do Rio de Janeiro com início das operações em 2027.

Eletromidia Rio L2 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.

Em 13 de novembro de 2024, a Companhia constituiu a Eletromidia Rio L2 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., uma sociedade por ações e detém 100% do seu capital social.

Suas principais atividades serão a prestação de serviço público para a concepção, desenvolvimento, fabricação, fornecimento, instalação, manutenção e conservação de mobiliário urbano de uso e de utilidade pública, referente ao Lote 2, no município do Rio de Janeiro/RJ, em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão a ser firmado entre o Município do Rio de Janeiro, em virtude de procedimento licitatório constante no Edital da Concorrência CO SMCG nº 003/2024, bem como a consecução de atividades correlatas.

O contrato de concessão terá duração de 20 anos e inclui a comercialização publicitária exclusiva dos espaços públicos no município do Rio de Janeiro com início das operações em 2027.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	470	5.691	10.447	29.924
Aplicações financeiras	262.290	368.597	501.170	457.130
	262.760	374.288	511.617	487.054

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, onde a taxa média é de 100,28% da CDI (100,56% em 31 de dezembro de 2023), por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber faturado	161.293	205.677	238.152	273.139
Contas a receber a faturar	19.807	15.888	31.190	26.506
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(7.264)	(950)	(8.386)	(1.263)
	173.836	220.615	260.956	298.382

A Companhia e suas controladas estão envidando esforços contínuos de redução nas Contas a receber a faturar no intuito de possibilitar o efetivo faturamento e manutenção dos recebíveis e prazos médios de recebimento. Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento de 30 a 90 dias.

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	129.987	172.812	198.380	222.161
Vencidos de 01 a 30 dias	24.177	25.206	34.353	43.833
Vencidos de 31 a 60 dias	9.268	7.518	12.427	12.010
Vencidos de 61 a 90 dias	1.320	1.794	2.107	2.979
Vencidos de 91 a 180 dias	5.941	5.853	10.072	9.282
Vencidos de 181 dias a 360 dias	7.599	6.238	9.113	7.228
Vencidos acima de 360 dias	2.808	2.144	2.890	2.152
	181.100	221.565	269.342	299.645

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada.

Adicionalmente a Companhia realiza uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual das condições na data de relatório. A Companhia realiza a baixa efetiva dos títulos vencidos acima de 12 meses para clientes privados e 24 meses para clientes de órgãos públicos (“governo”).

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(432)	(1.029)
Constituição de provisão	(185)	(234)
Incorporação	(333)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(950)	(1.263)
Constituição de provisão	(6.314)	(7.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(7.264)**	**(8.386)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Aplicações financeiras restritas

Em 2020, a Companhia, conforme contrato de compra e venda da Elemidia, destinou valores de aplicação financeira retidas ("*Escrow Accounts*") que estão vinculadas à contraprestação contingente registrado na rubrica de Contas a pagar por aquisição de empresa. Conforme contrato a Companhia não poderá descontar, compensar ou reter os valores desta conta. Em 25 de janeiro de 2024 a Companhia realizou o desembolso referente ao pagamento da 3ª parcela da contraprestação no montante de R$7.372. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$18.814 (R$25.294 em 31 de dezembro de 2023).

9. Investimentos

	Participação		Investimento	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Publibanca Brasil S.A.	100%	100%	588.795	502.456
Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (i)	97%	97%	-	11.260
Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (i)	100%	100%	-	24.292
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda	100%	100%	8.075	-
Eletromidia Concessões e Participações Societárias Ltda	100%	100%	96.968	51.192
Eletromidia Rio L1 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (ii)	100%	-	43.077	-
Eletromidia Rio L2 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (ii)	100%	-	7.393	-
Ágio e mais valia (a)			439.810	441.370
			1.184.118	1.030.570
Provisão para perda com investimento				
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda	100%	100%	-	(387)
			-	(387)
			1.184.118	1.030.183

(i) As quotas das controladas Eletromidia POA e Eletromidia REC foram conferidas para a controlada direta Eletromidia Concessões em 02.12.2024.
(ii) Conforme descrito na nota explicativa 5.

A composição dos valores do Ágio e mais valia é apresentada conforme segue:

	Controladora (Investimento)	
	31/12/2024	31/12/2023
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	366.394	366.394
TV Minuto S.A.	625	625
Publibanca Brasil S.A.	2.805	2.805
Eletromidia S.A.	62.679	62.679
NoAlvo Serv. De Intermediação e Comunicação S.A.	8.469	8.469
Ágio	**440.972**	**440.972**
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	(2.456)	(1.570)
TV Minuto S.A.	1.294	1.968
Mais Valia	**(1.162)**	**398**
Total ágio e mais valia	**439.810**	**441.370**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentadas as principais informações das investidas:

	31/12/2024				
	Publibanca	Eletromidia RJ L1	Eletromidia RJ L2	Nova Noalvo	ELT Concessões
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	328.433	43.127	7.402	1.169	27.894
Ativo não circulante	696.058	-	-	13.377	130.136
Total do ativo	**1.024.491**	**43.127**	**7.402**	**14.546**	**158.030**
Passivo circulante	202.724	50	9	2.799	47.866
Passivo não circulante	29.645	-	-	3.672	12.743
Patrimônio líquido	619.992	43.077	7.393	8.075	97.073
Total do passivo e patrimônio líquido	**852.361**	**43.127**	**7.402**	**14.546**	**157.682**
Atribuível aos acionistas não controladores	172.130	-	-	-	348
Demonstração do resultado					
Receita operacional líquida	437.231	-	-	1.354	43.129
Custos e despesas operacionais	(271.586)	-	-	(1.629)	(36.288)
Resultado financeiro	3.406	210	37	(102)	(408)
Imposto de renda e contribuição social	(50.687)	-	-	(561)	(2.171)
Lucro líquido (prejuízo) do período	**118.364**	**210**	**37**	**(938)**	**4.262**
Atribuível aos acionistas não controladores	31.197	-	-	-	105

	31/12/2023				
	Publibanca	Eletromidia POA	Eletromidia REC	Nova Noalvo	ELT Concessões
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	188.788	8.945	14.888	451	7.646
Ativo não circulante	710.675	22.701	32.851	993	52.064
Total do ativo	**899.463**	**31.646**	**47.739**	**1.444**	**59.710**
Passivo circulante	133.644	15.512	12.095	95	3.009
Passivo não circulante	83.451	4.526	11.352	1.736	5.509
Patrimônio líquido	527.926	11.377	24.292	(387)	51.192
Total do passivo e patrimônio líquido	**745.021**	**31.415**	**47.739**	**1.444**	**59.710**
Atribuível aos acionistas não controladores	154.442	231	-	-	-
Demonstração do resultado					
Receita operacional líquida	351.675	12.993	9.349	857	7.170
Custos e despesas operacionais	(214.114)	(7.047)	(7.254)	(2.189)	(6.665)
Resultado financeiro	(15.053)	(70)	(102)	(10)	(493)
Imposto de renda e contribuição social	(738)	(1.982)	(671)	561	(156)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**121.770**	**3.894**	**1.322**	**(781)**	**(144)**
Atribuível aos acionistas não controladores	25.470	117	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos é apresentada a seguir:

	Elemidia	Moohb	TV Minuto	Publibanca	Eletromidia POA	Eletromidia REC	Nova Noalvo	ELT Concessões	Eletromidia RJ L1	Eletromidia RJ L2	Ágio e mais valia	Total
Saldo em 31/12/2022	193.862	-	(5.688)	407.071	4.406	22.982	393	4.998			446.602	1.074.626
Cisão parcial	(46.338)	46.338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessão não onerosa de quotas	-	(46.338)	-	-	-	-	-	46.338	-	-	-	-
Aporte de capital	-	-	-	-	3.103	-	-	-	-	-	-	3.103
Equivalência patrimonial	24.379	-	(3.352)	96.300	3.777	1.322	(781)	(144)	-	-	-	121.501
Distribuição de dividendos	-	-	-	(915)	(38)	(12)			-	-		(965)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.671)	(17.671)
Baixa por incorporação	(171.903)	-	9.040	-	-	-	-	-	-	-	-	(162.863)
Outros movimentos	-	-	-	-	12	-	1	-	-	-	12.439	12.452
Saldo em 31/12/2023	**-**	**-**	**-**	**502.456**	**11.260**	**24.292**	**(387)**	**51.192**	**-**	**-**	**441.370**	**1.030.183**
Conferência de quotas (i)	-	-	-	-	(13.799)	(27.820)	-	41.619	-	-	-	-
Aporte de capital	-	-	-	-		-	9.400	-	42.917	7.365	-	59.682
Equivalência patrimonial	-	-	-	87.167	2.539	3.528	(938)	4.157	210	37	-	96.700
Distribuição de dividendos	-	-	-	(828)	-	-	-	-	(50)	(9)	-	(887)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.560)	(1.560)
Saldo em 31/12/2024	**-**	**-**	**-**	**588.795**	**-**	**-**	**8.075**	**96.968**	**43.077**	**7.393**	**439.810**	**1.184.118**

(i) Em 02.12.2024 as quotas das controladas Eletromidia POA e Eletromidia REC foram conferidas para a controlada direta Eletromidia Concessões.

A movimentação da participação dos não controladores está demonstrada a seguir:

	Eletromidia POA	Otima	Total
Saldo em 31/12/2023	349	179.911	180.260
Distribuição de dividendos	(1)	(7.781)	(7.782)
Resultado do exercício	105	31.197	31.302
Saldo em 31/12/2024	453	203.327	203.780

Teste de *impairment* de ativos não financeiros

Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa ("UGC") foi avaliado usando o modelo de Valor em Uso, através de técnicas de fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxas de desconto.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A composição dos valores do ágio está apresentada na Nota 11.

Para fins do teste de *impairment*, o ágio é alocado àquelas UGC's que se espera que se beneficiem da combinação de negócios na qual o ágio surgiu. Adicionalmente, as UGC's são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna.

A Administração acompanha individualmente cada ágio gerado em combinação de negócios, segregado por empresas do Grupo. Nesse contexto, em razão do ágio decorrente da aquisição da 4YouSee pela controlada direta Nova Noalvo, realizada em 17 de outubro de 2024 (Nota explicativa 5), a UGC Nova Noalvo foi incluída.

Desta forma, os ágios foram alocados e testados nas UGC Eletromidia S.A.; Publibanca S.A.; e Nova Noalvo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para isso, é realizada uma estimativa do valor recuperável de cada UGC conforme requerido pelo CPC 01 / IAS 36. Caso o valor contábil seja menor que o valor recuperável determinado, uma perda por *impairment* é imediatamente reconhecida no resultado.

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

As principais premissas da Companhia identificadas pela Administração, são números de telas e reajuste de tabela de preços, para as quais, alterações razoavelmente possíveis podem acarretar o fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de até 16,0% e ganhos de margem anuais de até 5,9% entre 2025 e 2029, principalmente pela consideração de melhor mix de vendas e crescimento do ticket médio ao longo dos anos.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

As estimativas utilizadas no cálculo das UGC Eletromidia S.A., Publibanca S.A. e Nova Noalvo, podem ser assim resumidas:

- WACC: 13,40% (13,95% em 31 de dezembro de 2023)
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 4,0% (3,5% em 31 de dezembro de 2023)

Diante das análises realizadas pela Administração, não foi necessário constituir provisão de *impairment* para os seus ativos não financeiros. Para 31 de dezembro de 2024 não foram encontradas quaisquer novas evidências para uma constituição de provisão. A Companhia entende que não existe possibilidade razoável que uma possível mudança nas premissas – chave possa resultar em um valor contábil da unidade geradora de caixa superior ao seu valor recuperável, individualmente ou no agregado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Controladora	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Abrigos	Painéis	Equipamentos Informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.574**	**18.841**	**944**	**-**	**45.978**	**5.533**	**90**	**21.141**	**374**	**7.677**	**139.152**
Adições	6.396	8	304	5.502	19.284	290	-	949	-	22.956	55.689
Baixas	(5.941)	(492)	(108)	-	(1.359)	(191)	(90)	(325)	(12)	-	(8.518)
Transferências	6.441	-	-	-	15.587	822	-	-	-	(22.850)	-
Incorporação	142.194	1.560	305	-	-	33.417	-	6.875	-	6.904	191.255
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**187.664**	**19.917**	**1.445**	**5.502**	**79.490**	**39.871**	**-**	**28.640**	**362**	**14.687**	**377.578**
Adições	10.103	-	74	13.958	15.917	67	-	7.045	-	21.985	69.149
Baixas	(1.196)	-	(1)	-	(80)	(52)	-	-	-	-	(1.329)
Transferências	4.961	164	4	-	15.673	204	-	117	-	(21.123)	-
Outros	1	-	-	-	1	-	-	1	1	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**201.533**	**20.081**	**1.522**	**19.460**	**111.001**	**40.090**	**-**	**35.803**	**363**	**15.549**	**445.402**
Depreciação Acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(10.133)**	**(16.307)**	**(507)**	**-**	**(10.850)**	**(3.845)**	**(90)**	**(15.951)**	**(112)**	**-**	**(57.795)**
Adições	(11.922)	(1.090)	(103)	(35)	(5.296)	(902)	-	(1.633)	(36)	-	(21.017)
Baixas	4.493	213	13	-	123	43	90	68	1	-	5.044
Incorporação	(89.305)	(1.651)	(127)	-	-	(12.654)	-	(5.242)	-	-	(108.979)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(106.867)**	**(18.835)**	**(724)**	**(35)**	**(16.023)**	**(17.358)**	**-**	**(22.758)**	**(147)**	**-**	**(182.747)**
Adições	(18.081)	(417)	(119)	(530)	(8.944)	(907)	-	(2.585)	(36)	-	(31.619)
Baixas	851	-	1	-	177	45	-	-	-	-	1.074
Outros	(1)	257	-	-	-	-	-	(257)	(1)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(124.098)**	**(18.995)**	**(842)**	**(565)**	**(24.790)**	**(18.220)**	**-**	**(25.600)**	**(184)**	**-**	**(213.294)**
Taxa de depreciação	10%	10%	10%	5%	10%	5%	5%	20%	10%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**77.435**	**1.086**	**680**	**18.895**	**86.211**	**21.870**	**-**	**10.203**	**179**	**15.549**	**232.108**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	80.797	1.082	721	5.467	63.467	22.513	-	5.882	215	14.687	194.831

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Consolidado	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Abrigos	Totens	Painéis	Equipamentos Informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**198.644**	**21.025**	**2.000**	**166.762**	**12.370**	**91.412**	**20.417**	**236**	**29.481**	**1.098**	**14.994**	**558.439**
Adições	16.242	282	481	21.396	1.340	30.367	322	-	1.398	-	57.806	129.634
Baixas	(6.649)	(817)	(227)	(191)	(58)	(1.710)	(561)	(90)	(329)	(14)	-	(10.646)
Transferências	4.360	179	-	2.231	67	19.574	979	-	-	-	(27.390)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**212.597**	**20.669**	**2.254**	**190.198**	**13.719**	**139.643**	**21.157**	**146**	**30.550**	**1.084**	**45.410**	**677.427**
Adições	12.942	205	94	14.364	104	15.917	130	-	7.248	-	70.730	121.734
Baixas	(1.222)	-	(1)	(159)	(120)	(113)	(52)	-	-	-	-	(1.667)
Transferências	10.391	186	9	11.928	1.011	35.860	86	-	416	-	(59.887)	-
Outros	27	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	104
Combinação de negócios	-	-	25	-	-	-	376	-	-	5	-	406
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**234.735**	**21.060**	**2.381**	**216.331**	**14.714**	**191.307**	**21.697**	**146**	**38.214**	**1.166**	**56.253**	**798.004**
										1.166		
Depreciação Acumulada												
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(92.210)**	**(17.977)**	**(988)**	**(55.637)**	**(2.652)**	**(20.617)**	**(17.411)**	**(236)**	**(21.986)**	**(366)**	**-**	**(230.080)**
Adições	(20.919)	(1.332)	(163)	(8.706)	(708)	(13.226)	(1.059)	-	(1.959)	(239)	-	(48.311)
Baixas	5.337	213	58	-	-	123	116	90	68	1	-	6.006
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(107.792)**	**(19.096)**	**(1.093)**	**(64.343)**	**(3.360)**	**(33.720)**	**(18.354)**	**(146)**	**(23.877)**	**(604)**	**-**	**(272.385)**
Adições	(18.798)	(504)	(177)	(9.874)	(828)	(19.016)	(998)	-	(2.877)	(172)	-	(53.244)
Baixas	851	-	1	11	8	8	45	-	-	-	-	924
Outros	1	234	6	-	-	960	4	-	(251)	(80)	-	874
Combinação de negócios	-	-	(14)	-	-	-	(215)	-	-	(4)	-	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(125.738)**	**(19.366)**	**(1.277)**	**(74.206)**	**(4.180)**	**(51.768)**	**(19.518)**	**(146)**	**(27.005)**	**(860)**	**-**	**(324.064)**
Taxa de depreciação	10%	10%	10%	5% a 7%	5%	10%	5%	5%	5%	10%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**108.997**	**1.694**	**1.104**	**142.125**	**10.534**	**139.539**	**2.179**	**-**	**11.209**	**306**	**56.253**	**473.940**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	104.805	1.573	1.161	125.855	10.359	105.923	2.803	-	6.673	480	45.410	405.042

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Controladora	Softwares e Licenças	Direitos de Uso	Contratos Metrô	Outorgas (a)	Intangível em Andamento (b)	Marcas e Patentes	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.556**	**4.365**	**32.504**	**137.254**	**1.983**	**-**	**177.662**
Adições	-	-	-	21.381	3.674	-	25.055
Baixas	-	-	-	(2.100)	-	-	(2.100)
Incorporação	6.899	6.000	-	-	-	165	13.064
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8.455**	**10.365**	**32.504**	**156.535**	**5.657**	**165**	**213.681**
Adições	-	-	-	451.010	4.774	-	455.784
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**8.455**	**10.365**	**32.504**	**607.545**	**10.431**	**165**	**669.465**
Amortização Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.124)**	**(1.910)**	**(26.312)**	**(41.977)**	**-**	**-**	**(71.323)**
Adições	(802)	(1.388)	(2.051)	(17.463)	-	(32)	(21.736)
Baixas	-	-	-	1.208	-	-	1.208
Incorporação	(6.282)	(4.225)	-	-	-	(133)	(10.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(8.208)**	**(7.523)**	**(28.363)**	**(58.232)**	**-**	**(165)**	**(102.491)**
Adições	(142)	(1.839)	(2.051)	(14.333)	-	-	(18.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(8.350)**	**(9.362)**	**(30.414)**	**(72.565)**	**-**	**(165)**	**(120.856)**
Taxa de amortização	20%	10%	10%	5%	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**105**	**1.003**	**2.090**	**534.980**	**10.431**	**-**	**548.609**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	247	2.842	4.141	98.303	5.657	-	111.190

(a) Pagamento de Outorga referente aos contratos de concessão do Lote 1 e Lote 2, junto a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, conforme Nota 5.
(b) A capitalização de desenvolvimento totalizou R$4.774 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, correspondentes a mão de obra interna.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Consolidado	Softwares e Licenças	Direitos de Uso	Contratos Metrô	Concessões abrigos de ônibus	Contratos Bancas	Goodwill	Outorgas	Acordos de não competição	Contratos de franquias	Relac. com Clientes	Marcas e Patentes	Intangível em Andamento	Total
Custo													
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**72.912**	**21.129**	**39.028**	**567.654**	**2.248**	**440.972**	**192.254**	**5.812**	**2.162**	**-**	**761**	**3.581**	**1.348.513**
Adições	-	-	-	9.062	-	-	23.879	-	-	-	-	5.403	38.344
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2.100)	-	-	-	-	-	(2.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**72.912**	**21.129**	**39.028**	**576.716**	**2.248**	**440.972**	**214.033**	**5.812**	**2.162**	**-**	**761**	**8.984**	**1.384.757**
Adições	5	-	-	-	-	-	451.011	-	-	-	-	4.774	455.790
Combinação de negócios	2.097	-	-	-	-	5.791	-	1.413	-	2.585	933	-	12.819
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**75.014**	**21.129**	**39.028**	**576.716**	**2.248**	**446.763**	**665.044**	**7.225**	**2.162**	**2.585**	**1.694**	**13.758**	**1.853.366**
Amortização Acumulada													
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(54.278)**	**(16.115)**	**(30.192)**	**(27.869)**	**(2.248)**	**-**	**(56.059)**	**(3.391)**	**(2.100)**	**-**	**(638)**	**-**	**(192.890)**
Adições	(16.764)	(2.021)	(2.725)	(37.517)	-	-	(20.551)	(1.163)	(62)	-	(123)	-	(80.926)
Baixas	-	-	-	-	-	-	1.208	-	-	-	-	-	1.208
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(71.042)**	**(18.136)**	**(32.917)**	**(65.386)**	**(2.248)**	**-**	**(75.402)**	**(4.554)**	**(2.162)**	**-**	**(761)**	**-**	**(272.608)**
Adições	37	(1.939)	(2.726)	(37.079)	-	-	(16.857)	(1.210)	-	(53)	(34)	-	(59.861)
Outros	38	59	(1)	-	-	-	-	1	-	-	(114)	-	(17)
Combinação de negócios	(408)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(408)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(71.375)**	**(20.016)**	**(35.644)**	**(102.465)**	**(2.248)**	**-**	**(92.259)**	**(5.763)**	**(2.162)**	**(53)**	**(909)**	**-**	**(332.894)**
Taxa de amortização	20%	10%	10%	6%	25%		5% a 10%	20%	33%	12%	4% a 46%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.639**	**1.113**	**3.384**	**474.251**	**-**	**446.763**	**572.785**	**1.462**	**-**	**2.532**	**785**	**13.758**	**1.520.472**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.870	2.993	6.111	511.330	-	440.972	138.631	1.258	-	-	-	8.984	1.112.149

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ágio e mais valia na aquisição de investimentos:

	Consolidado (Intangível)	
	31/12/2024	31/12/2023
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	366.394	366.394
TV Minuto S.A.	625	625
Publibanca Brasil S.A.	2.805	2.805
Eletromidia S.A.	62.679	62.679
NoAlvo Serv. De Intermediação e Comunicação S.A.	8.469	8.469
F6 Sistemas de Informática Ltda ("4YouSee")	5.791	-
Ágio	**446.763**	**440.972**
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	(2.456)	(1.570)
TV Minuto S.A.	1.294	1.968
MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.	26.969	28.967
Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	446.421	481.540
F6 Sistemas de Informatica Ltda ("4YouSee")	6.402	-
Mais Valia	**478.630**	**510.905**
Total ágio e mais valia	**925.393**	**951.877**

12.Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	50.030	44.910	68.404	45.154
Repasses e Bonificações por Volume (i)	90.836	69.271	127.676	98.955
Outros	-	89	-	79
	140.866	114.270	196.080	144.188

(i) A Companhia possui contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrente da exploração dos serviços de veiculação de publicidade. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de bonificação com determinadas agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes. Anualmente, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento de acordo com o volume de vendas atingido.

13.Debêntures

Controladora e Consolidado

				Consolidado	
Instituição financeira	**Linha**	**Vencimento**	**Taxa de juros anual**	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú, Bradesco e Santander (a)	Debêntures	20/11/2030	CDI + 1,70%	500.472	-
Banco Itaú, Citibank e Bradesco (b)	Debêntures	20/05/2029	CDI + 2,00%	805.175	-
Bradesco, Banco do Brasil e Santander (c)	Debêntures	20/03/2026	CDI + 2,70%	-	339.624
Bradesco, Santander e Itaú (c)	Debêntures	24/08/2028	CDI + 2,80%	-	360.766
Banco ABC	Notas Comerciais	20/03/2024	CDI + 2,80%	-	50.081
Total				1.305.647	750.471
Circulante				13.730	208.194
Não circulante				1.291.917	542.277
Cronograma de vencimentos					
Vencimento 12 meses				13.730	208.194
Vencimento 13 a 24 meses				226.513	179.409
Vencimento 25 a 36 meses				297.941	164.581
Vencimento 37 a 48 meses				369.370	98.972
Vencimento 49 a 60 meses				255.870	99.315
Vencimento acima de 60 meses				142.223	-
Total				1.305.647	750.471

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Em 20 de novembro de 2024, foi celebrado o "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.", no valor de R$500.000, por meio da emissão de 500.000 debêntures, com valor unitário de R$1 ("Valor Nominal Unitário") em 20 de novembro de 2024 (Data de Emissão). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 24° mês contado da data de emissão. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1,70% a.a.

(b) Em 20 de maio de 2024, foi celebrado o "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.", no valor de R$800.000, por meio da emissão de 800.000 debêntures, com valor unitário de R$1 ("Valor Nominal Unitário") em 20 de maio de 2024 (Data de Emissão). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 24° mês contado da data de emissão. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2,00% a.a.

(c) Em 06 de junho de 2024 foram liquidadas antecipadamente a 3ª (Terceira) e 4ª (Quarta) Emissões de Debêntures, celebrados respectivamente em 20 de março de 2020 e 24 de agosto de 2023 pela Companhia, e com vencimentos em 20 de março de 2026 e 24 de agosto de 2028, respectivamente. O pagamento do valor (principal e juros) totalizaram R$639.006.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	750.471
(+) Captações	1.300.000
(+) Provisão de juros	101.193
(-) Amortizações de principal	(730.000)
(-) Amortizações de juros	(114.299)
(-) Custo de captação	(10.991)
(+) Amortização do custo	9.273
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.305.647

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros.

As Debêntures possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras. O resultado da relação entre a dívida líquida e o EBTIDA da Companhia deverá ser menor ou igual a 3,0x, referente aos exercícios fiscais a se encerrarem a partir de 31 de dezembro de 2024. Os contratos não possuem garantias atreladas aos bens da Companhia. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. Com base nas apurações e revisões realizadas até o momento, não há probabilidade de descumprimento dos *covenants* vigentes. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Linha	Vencimento	Taxa de juros anual	Controladora		Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FINISA	CDC	06/2025	CDI + 2,5% a.a	-	-	-	15.942
FINEP	Financiamento de Estudos e Projetos	12/2030	TJLP + 3,3% a.a	-	-	10.492	9.070
Banco Santander (Luxembourg)	Empréstimo USD	03/2024	CDI + 2,50% a.a	-	54.730	-	54.730
Banco Citibank (New York)	Empréstimo USD	01/2026	CDI + 2,70% a.a	-	119.267	-	119.267
Total				-	173.997	10.492	199.009
Circulante				-	103.690	1.786	121.108
Não circulante				-	70.307	8.706	77.901
Cronograma de vencimentos							
Vencimento 12 meses				-	103.690	1.786	121.108
Vencimento 13 a 24 meses				-	23.171	1.741	24.313
Vencimento 25 a 36 meses				-	47.136	1.741	48.426
Vencimento 37 a 48 meses				-	-	1.741	1.290
Vencimento 49 a 60 meses				-	-	3.483	3.872
Total				-	173.997	10.492	199.009

Em 07 de junho de 2024 foi liquidado antecipadamente pela Companhia o empréstimo, celebrado em 09 de julho de 2023, junto ao Banco Citibank (New York), com vencimento em 30 de janeiro de 2026. O pagamento do valor principal e juros totalizaram R$103.428.

Em 18 de março de 2024 foi liquidado pela Companhia o empréstimo, celebrado em 17 de março de 2023, junto ao Banco Santander (Luxembourg), com vencimento em 18 de março de 2024. O pagamento do valor principal e juros totalizaram R$56.488.

Em 08 de janeiro de 2024 foi liquidado antecipadamente pela controlada indireta Otima o Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA, celebrado em 29 de agosto de 2013, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), com vencimento em 17 de junho de 2025. O pagamento do valor principal e juros totalizaram R$16.422.

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	173.997	199.009
(+) Captações	-	2.930
(+) Provisão de juros	3.599	4.252
(+) Variação cambial	3.372	3.372
(-) Amortizações de principal	(174.328)	(192.420)
(-) Amortizações de juros	(7.882)	(8.604)
(+) Combinação de negócios		248
(+) Amortização do custo	1.242	1.705
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	10.492

15.Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	1.981	126	2.260	126
Encargos sobre folha	3.164	2.523	3.696	3.058
Provisão de férias e encargos	11.008	9.239	12.962	11.143
Participação nos lucros	21.184	18.457	32.814	28.451
IRRF empregados	2.717	2.104	2.825	2.271
Outras	274	299	200	470
	40.328	32.748	54.757	45.519

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	3.811	2.275	5.593	4.033
PIS a Recolher	553	145	908	634
COFINS a recolher	2.579	707	4.230	3.047
Parcelamentos de impostos (i)	2.688	6.376	3.437	7.328
Imposto de renda a recolher	-	-	48.777	2.483
Contribuição social sobre o lucro a recolher	-	424	18.569	7.991
Outros	731	633	1.223	1.084
Total	10.362	10.560	82.737	26.600
Circulante	9.063	7.017	81.061	22.484
Não circulante	1.299	3.543	1.676	4.116

(i) Apresentamos abaixo os impostos parcelados:

	Controladora		Consolidado		Parcelas	
Natureza	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Total	Em aberto
Municipais	750	1.462	750	1.462	60	12
Federais – PERT (*)	1.241	1.726	1.533	2.057	150	49
Federais - Parcelamento Previdenciário	222	542	233	565	60	10
Federais - Parcelamento Não Previdenciário	475	2.646	921	3.244	60	13
	2.688	6.376	3.437	7.328		
Circulante	1.389	2.832	1.755	3.212		
Não circulante	1.299	3.544	1.682	4.116		

(*) Programa Especial de Regularização Tributária

Em consequência do período do COVID-19, a Companhia e suas controladas parcelaram os seus impostos no intuito da manutenção de caixa. Os parcelamentos foram efetuados para tributos municipais relativos a ISS, parcelamento previdenciário relativos a INSS e IRRF salários, e em parcelamento não previdenciário, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão liquidando esses parcelamentos, conforme vencimento.

17. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	3.779	11.683	3.787	11.683
Pacotes antecipados (i)	41.477	84.057	70.703	106.657
Total	45.256	95.740	74.490	118.340

(i) A Companhia possui contratos firmados com clientes para veiculação publicitárias, pelos quais recebeu parte dos valores contratado de forma antecipada. Esses valores foram registrados em conta de adiantamento de clientes e são baixados à medida em que o serviço é prestado com base no período de vigência do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Contas a pagar por aquisição de empresas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores devidos - aquisição Elemidia	21.466	26.662	21.466	26.662
Valores devidos - aquisição 30% Publibanca	-	2.626	-	2.626
Valores devidos - aquisição NoAlvo	434	857	434	857
Valores devidos - aquisição MOOHB	4.167	5.017	4.167	5.017
Valores devidos - aquisição OTIMA	-	-	23.450	23.506
Valores devidos - aquisição 4YouSee	-	-	4.086	-
	26.067	35.162	53.603	58.668
Circulante	22.900	12.986	41.902	28.448
Não circulante	3.167	22.176	11.701	30.220

A movimentação do contas a pagar por aquisição de empresas é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.162	58.668
(+) Adições	-	3.980
(+) Provisão de juros	2.757	5.246
(-) Amortizações de principal	(10.888)	(12.888)
(-) Amortizações de juros	(964)	(1.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.067	53.603

19. Provisão para ações judiciais

19.1. Processos com risco de perda provável

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	245	354	866	849
Cíveis	72	-	4.304	4.216
Tributárias	7.974	5.551	11.068	6.261
	8.291	5.905	16.238	11.326

A movimentação da provisão para as ações judiciais está descrita abaixo:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	208	-	2.775	2.983
Ingressos	572	-	1.286	1.858
Reversões	(444)	(48)	-	(492)
Incorporação	18	48	1.490	1.556
Saldo em 31/12/2023	354	-	5.551	5.905
Ingressos	322	72	2.423	2.817
Reversões	(431)	-	-	(431)
Saldo em 31/12/2024	245	72	7.974	8.291

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	901	4.264	4.073	9.238
Ingressos	648	-	2.188	2.836
Reversões	(700)	(48)	-	(748)
Saldo em 31/12/2023	849	4.216	6.261	11.326
Ingressos	632	2.908	4.807	8.347
Reversões	(615)	-	-	(615)
Pagamentos	-	(2.820)	-	(2.820)
Saldo em 31/12/2024	866	4.304	11.068	16.238

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2. Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos são demonstrados a seguir por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	3.677	4.472	5.467	5.461
Cíveis	6.450	7.389	6.618	10.162
Tributárias	227.675	177.510	229.277	178.857
	237.802	189.371	241.362	194.480

A seguir, demonstramos as principais contingências possíveis:

Contingências Cíveis

- Trata-se de ação indenizatória de perdas e danos proposta por College Publicidade Ltda em face da Eletromidia S.A. O autor pleiteia indenização devido a um suposto enriquecimento ilícito por parte da Ré, decorrente de repasses supostamente incorretos feitos ao Autor, bem como por sua conduta de promoção de concorrência desleal, lucros cessantes devido a supostas condutas negligentes e multa por violação de cláusula contratual. O processo encontra-se na fase de instrução, sendo acompanhado pelos assessores jurídicos da Companhia. O valor da causa é de R$5.687 (R$4.191 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências Tributárias

- O município de São Paulo ajuizou execuções fiscais contra a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A (incorporada pela Eletromidia S.A) e Eletromidia S.A, para cobrança de ISS supostamente não recolhido incidente sobre serviços de publicidade, e imputação de multa regulamentar, referente ao período de 2012 a 2018 para a Elemidia e de 2016 a 2018 para a Eletromidia, no valor total de R$198.161 (R$171.068 em 31 de dezembro de 2023).

  Boa parte dos autos de infração se referem à atividade de cessão de espaço para veiculação de publicidade, a qual, à época, não estava prevista como um fato gerador, sendo entendimento pacificado no próprio Município de São Paulo que, à época, a atividade de veiculação de publicidade não estava sujeita ao ISS. Com o encerramento dos casos na esfera administrativa, foram ajuizadas as respectivas execuções fiscais pelo município, atualmente suspensas, visto que os autos estão sendo discutidos através de Mandados de Segurança impetrados pelas empresas. Nos respectivos Mandados de Segurança vinculados às Execuções Fiscais, conseguimos liminar suspendendo a exigibilidade dos débitos, bem como decisões favoráveis anulando os autos de infração da Elemidia relativos ao período de 2012 a 2014 no valor de R$57.000, e atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pelas partes, que é monitorado pelos assessores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Partes relacionadas

20.1. Saldos e operações - controladora

Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas não possuem vencimento predeterminado e não estão sujeitos a encargos financeiros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem a administração e gestão organizacional da Companhia e de suas investidas.

	31/12/2024			31/12/2023		
Controladora	Ativo	Passivo	(Despesa) Receita	Ativo	Passivo	(Despesa) Receita
Com controladas (i)						
Publibanca	18.126	9.309	57.767	26.483	14.300	40.278
Eletromidia POA	14.831	-	2.055	11.836	469	2.178
Eletromidia REC	18.642	5.049	2.706	20.178	270	1.604
Nova Noalvo	400	67	(77)	1.817	432	250
ELT Concessões	2.304	2.642	1.597	1.805	236	1.098
Outras partes relacionadas						
Consórcio Eletromidia Shempo (ii)	-	-		6.888	-	-
Shempo Indústria e Comércio Ltda (iii)	2.030	-		1.891	-	-
Globo Comunicação e Participação S.A (iv)	3.860	-	8.432	-	-	6.296
Total	60.193	17.067	72.480	70.898	15.707	51.704
Partes relacionadas	57.069	17.067		64.298	15.707	
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.124	-		6.600	-	
	60.193	17.067		70.898	15.707	
Circulante	6.984	-		-	-	
Não circulante	53.209	17.067		70.898	15.707	

	31/12/2024		31/12/2023	
Consolidado	Ativo	(Despesa) Receita	Ativo	(Despesa) Receita
Outras partes relacionadas				
Shempo Indústria e Comércio Ltda (iii)	2.030	-	1.891	-
Globo Comunicação e Participação S.A (iv)	5.470	14.459	-	9.936
Verssat Indústria e Construção Ltda (v)	-	(10.944)	-	(12.096)
Total	7.500	3.515	1.891	(2.160)

(i) As transações com as Controladas registradas em outras receitas operacionais, referem-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (a) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais; (b) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (c) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.

(ii) A Companhia é participante de consórcio para a prestação de serviços relacionados ao seu objetivo social. Durante o exercício foram efetuadas vendas de ativos, a preços normais de mercado, para implantação dos mobiliários urbanos da concessão junto ao município de Salvador. Os saldos atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Consórcio, incluídos na demonstração individual e consolidada, representam ativos e passivos no montante de R$ 75.836 (R$6.693 em 31 de dezembro de 2023) e R$ 62.454 (R$3.942 em 31 de dezembro de 2023) respectivamente, além de um lucro líquido de R$15.122 (R$1.741 em 31 de dezembro de 2023), no mesmo período.

(iii) Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados ao consórcio. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização.

(iv) As operações com a acionista não controladora Globo Comunicação e Participação S.A., são decorrentes da prestação de serviços de veiculação de publicidades realizado pela Companhia e suas controladas.

(v) Refere-se a valores pagos para aquisição de serviços de instalação dos mobiliários urbanos das concessões junto ao município de Porto Alegre e ao município de Campinas.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldo com partes relacionadas registradas na rubrica "Outras obrigações de longo prazo", referente a dívida com antigos controladores da controlada indireta Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., no montante de R$13.340 (R$53.728 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram considerados como pessoal-chave da Administração os diretores estatutários. A remuneração está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo a empregados	3.714	2.669
Benefícios indiretos, incluindo assistência médica	4.007	2.576
Pagamento baseado em ações	202	1.206
	7.923	6.451

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos no exercício relacionadas com os membros-chave da Administração.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$218.062 (R$218.062 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 139.983.753 (139.983.753 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias unitárias, nominativas e sem valor nominal. As ações são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias gerais.

Em 4 de novembro de 2024, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações entre o Vesuvius LBO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Vesuvius FIP”) e a Globo Comunicação e Participações S.A. (“Globo”), para aquisição da totalidade das ações detidas pelo Vesuvius FIP na Eletromidia S.A., correspondentes a 47,094% do capital social da Companhia. Em 20 de dezembro de 2024, ocorreu o fechamento e a consumação da referida operação, resultando na transferência das ações para a Globo, que passou a deter aproximadamente 74,10% do capital social da Eletromidia, tornando-se sua acionista controladora.

b) Gastos com emissão de ações

Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a companhia reconheceu os gastos com emissão de ações originadas da oferta pública de 17 de fevereiro de 2021, registrando no Patrimônio Líquido o montante de R$27.508, líquido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (R$41.678 com tributos).

Os gastos das ações colocadas adicionalmente dos acionistas vendedores decorrentes da oferta secundária foram assumidos por eles, não gerando nenhum gasto registrado nos livros da Companhia.

c) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei n° 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2024, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R$85.845 à reserva de retenção de lucros (R$9.042 em 31 de dezembro de 2023).

e) Dividendos

Conforme disposição estatutária e legislação societária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 23 de maio de 2024 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos no valor de R$12.056, sendo R$3.014 de mínimo obrigatório provisionado em 31 de dezembro de 2023 e R$9.042 de adicional da reserva de lucros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou o montante de R$28.615 (R$3.014 em 31 de dezembro de 2023), a título de dividendos mínimos obrigatórios.

f) Ações em tesouraria

Em 05 de maio de 2023 a Companhia aprovou a criação do programa de recompra de até 4.870.419 ações ordinárias de sua emissão, correspondentes a, aproximadamente, 3,48% do total de ações de sua emissão as quais correspondem a até 10% das ações de emissão da Companhia em circulação após a realização da totalidade das aquisições autorizadas (“Programa de Recompra”).

A seguir estão demonstradas as movimentações das ações em tesouraria no exercício:

	Quantidade de Ações	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2023	845.648	8.932
(-) Exercício de opções de ações (i)	(178.744)	(2.305)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	666.904	6.627

(i) Refere-se a utilização das ações em tesouraria decorrente do exercício de opções de ações para os beneficiários dos planos de opções de compras de ações da Companhia, conforme Nota 21 g.

g) Resultado básico e diluído por ação

Resultado básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Ordinárias	
Resultado básico por ação	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas controladores	114.460	67.107
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	139.219	138.965
Resultado básico por ação – Em reais	0,8222	0,4829

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado diluído por ação

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Ordinárias	
Resultado diluído por ação	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas controladores	114.460	67.107
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	139.219	138.965
Ajustes de opções de compras de ações (em milhares)	7.483	7.653
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para resultado diluído por ação	146.702	146.618
Resultado diluído por ação	0,7802	0,4577

h) Plano de opção de compra de ações e incentivos atrelados a ações

O plano para a administração concede opções de ações à administração e funcionários que possuem cargos estratégicos (Programa 2020). As opções serão exercíveis de acordo com o prazo contratual de *vesting* de cada instrumento, a partir da data de concessão e se o executivo ainda estiver empregado naquela data. O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo *black&scholes* que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos. As opções de ações podem ser exercidas até dez anos após o período de outorga. Não há alternativas para liquidação em dinheiro. O Grupo não adotou a política de liquidação em dinheiro no passado.

O preço de exercício de cada opção individualmente corresponderá ao preço por ação pago pelo outorgado quando da aquisição das ações próprias, corrigido monetariamente de acordo com a variação do CDI, a partir da data de outorga até a data de exercício da opção.

Em 03 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou os novos planos de incentivos de longo prazo baseados em ações da Companhia denominados “Programa 2023” e “Plano de Ações Restritas”.

Esse novo Programa de Opções (Programa 2023) conta com Opções com *vesting* relacionados à permanência dos executivos e parcela vinculada ao desempenho das ações, com as opções se tornando vestidas somente após atingimento de níveis de preços definidos no Plano. Para o cálculo do valor justo das opções de desempenho foi utilizado o Modelo de Simulações de Monte Carlo.

O preço de exercício será pago pelos outorgados nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração quando da ocorrência do evento de liquidez.

O efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$16.219 (R$5.188 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir encontra-se demonstrado abaixo a quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ações para cada um dos seguintes grupos de opções:

Programa 2020	Ações Próprias	Opções
Data da outorga	29/12/2020	29/12/2020
Quantidade de ações do programa (*)	228.651	1.329.232
Preço de exercício em R$	5,92 / 6,27	5,92 / 6,27
Preço de mercado na data da outorga em R$	5,79 / 15,00	5,79 / 15,00
Valor justo das opções em R$	1.535	1.861
Volatilidade do preço da ação - %	21,21 / 25,55	21,21 / 25,55
Valor de mercado	1.535	1.861

(*) Já considera o desdobramento de ações aprovado pela Companhia

Programa 2023	Permanência	Desempenho
Data da outorga	03/08/2023	03/08/2023
Quantidade de ações do programa	2.492.336	3.266.556
Preço de exercício em R$	9,4 / 10,20	9,4 / 10,20
Preço de mercado na data da outorga em R$	14,86 / 17,53	14,86 / 17,53
Valor justo das opções em R$	9.499	10.079
Volatilidade do preço da ação - %	50,45 / 36,47	50,45 / 36,47
Valor de mercado	9.499	10.079

Plano de Ações Restritas

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições. A seguir encontra-se demonstrado a quantidade e o preço das ações restritas para cada um dos seguintes planos:

Planos	Data de concessão	Quantidade de ações	Preço	Prazo
2023	31/01/2023	90.390	14,55	3 anos
2024	29/04/2024	75.888	17,53	3 anos

As variações na quantidade de ações em circulação estão apresentadas abaixo:

	Quantidade	
	31.12.2024	31.12.2023
Em circulação no início do exercício	7.189.953	2.585.389
Outorgadas durante o exercício	545.085	5.383.320
Canceladas/Prescritas	(73.241)	(278.286)
Exercidas durante o exercício	(178.744)	(500.470)
Em circulação no final do exercício	7.483.053	7.189.953

22. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de serviços	836.941	507.589	1.350.836	1.047.838
(-) Impostos incidentes	(88.246)	(48.943)	(153.498)	(102.661)
(-) Deduções de vendas e abatimentos	(7.956)	(1.932)	(10.131)	(6.515)
Receita operacional líquida	740.739	456.714	1.187.207	938.662

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis	(5.141)	(740)	(12.873)	(11.063)
Repasses	(241.574)	(161.423)	(273.086)	(211.875)
Serviços de terceiros	(37.729)	(22.447)	(53.388)	(44.235)
Marketing	(27.810)	(13.985)	(32.371)	(18.183)
Manutenções e reparos	(20.251)	(19.833)	(29.902)	(31.956)
Energia elétrica e links de internet	(11.809)	(8.649)	(20.975)	(17.277)
Outros tributos, contribuições e taxas	(4.315)	(2.050)	(5.013)	(4.073)
Viagens e estadas	(5.678)	(3.673)	(5.805)	(3.669)
Comissões	(71.962)	(48.766)	(119.458)	(92.319)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas	(9.494)	(2.446)	(10.737)	(3.218)
Despesas com pessoal	(134.895)	(106.421)	(171.128)	(148.482)
Depreciação e amortização	(58.398)	(66.879)	(122.031)	(138.441)
Compartilhamento de custos	64.159	61.839	-	-
Outras despesas e receitas	(67.437)	(11.520)	(43.757)	485
Total de custos e despesas	(632.334)	(406.993)	(900.524)	(724.306)
Custos dos serviços prestados	(432.084)	(306.322)	(595.554)	(501.337)
Despesas comerciais	(45.537)	(18.890)	(52.823)	(29.054)
Despesas gerais e administrativas	(167.306)	(142.198)	(228.288)	(210.885)
Outras receitas/(despesas) operacionais	12.593	60.417	(23.859)	16.970
Total de custos e despesas	(632.334)	(406.993)	(900.524)	(724.306)

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	36.465	29.145	47.810	38.648
Rendimentos sobre aplicação financeira	27.050	21.697	38.068	30.748
Juros ativos	984	1.876	1.199	2.162
Variação cambial ativa	7.482	5.560	7.579	5.704
Outras receitas financeiras	949	12	964	34
Despesas financeiras	(140.927)	(128.895)	(149.129)	(153.346)
Juros passivos	(105.237)	(96.920)	(110.584)	(115.030)
Encargos sobre financiamentos	(10.517)	(3.686)	(10.615)	(3.726)
Variação cambial passiva	(11.111)	(24.899)	(11.157)	(28.595)
Multa sobre antecipação de contrato	(5.047)	-	(5.047)	-
Descontos concedidos	(369)	(2)	(1.091)	(3)
Outras despesas financeiras	(8.646)	(3.388)	(10.635)	(5.992)
Resultado financeiro líquido	(104.462)	(99.750)	(101.319)	(114.698)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da receita (despesa)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	100.643	71.472	185.364	99.658
Expectativa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente (34%)	(34.219)	(24.300)	(63.024)	(33.884)
Participações em controladas	32.878	41.310	-	-
Adições permanentes (líquidas)	(1.863)	(916)	(2.645)	(2.209)
Exclusões permanentes	-	-	-	10.620
Imposto corrente/diferido não constituído (PERSE) (i)	17.206	(20.509)	25.372	19.108
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	-	-	(129)	-
Outros	(185)	50	824	(599)
Total de IRPJ e CSLL	13.817	(4.365)	(39.602)	(6.964)
IR e CS no resultado				
Corrente	-	(424)	(67.346)	(12.960)
Diferido	13.817	(3.941)	27.744	5.996
Total	13.817	(4.365)	(39.602)	(6.964)
Alíquota efetiva	-13,7%	6,1%	21,4%	7,0%

(i) Impostos correntes sobre lucro fiscal não constituídos e impostos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias realizáveis em menos de 5 anos (PERSE).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado		
Ativos e (passivos) diferidos	Saldos em 31/12/2023	Resultado	Saldos em 31/12/2024	Saldos em 31/12/2023	Resultado	Saldos em 31/12/2024
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa	59.278	22.459	81.737	70.574	11.163	81.737
IR e CS diferido sobre amortização fiscal de ágios (i)	(22.684)	(24.914)	(47.598)	(23.992)	(23.606)	(47.598)
Diferenças temporárias	34.942	16.272	51.214	61.697	40.187	101.884
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	83	2.304	2.387	118	2.651	2.769
Provisão para custos e despesas	11.122	29.514	40.636	15.438	43.444	58.882
Provisão para contingências	2.008	811	2.819	2.259	1.671	3.930
Provisão de receitas	(1.238)	(4.074)	(5.312)	(2.121)	(6.672)	(8.793)
IFRS16	345	1.408	1.753	509	1.508	2.017
Amortização de alocações de intangíveis	20.407	(19.643)	764	43.279	(7.584)	35.695
Outorga de ações	2.215	5.987	8.202	2.215	5.987	8.202
Outras diferenças	-	(35)	(35)	-	(818)	(818)
Total	71.536	13.817	85.353	108.279	27.744	136.023
Ativo fiscal	94.220		132.951	132.271		183.621
Passivo fiscal	(22.684)		(47.598)	(23.992)		(47.598)
Ativo fiscal, líquido	71.536		85.353	108.279		136.023

(i) A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferida passiva das amortizações fiscais de ágios da apuração fiscal. Esse passivo é constituído para contrabalançar os efeitos da redução do lucro tributável decorrente dessa amortização fiscal e será realizada a partir do momento da realização dos ágios, ou por teste de recuperabilidade desses ágios ("*impairment*").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
Ano	31/12/2024	31/12/2024
2025	8.770	35.492
2026	9.570	17.963
2027	13.620	16.781
2028	19.701	24.274
2029	30.728	37.861
2030	2.964	3.652
Total	85.353	136.023

26. Transações que não afetam o caixa

A Companhia e suas controladas realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as seguintes transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2024	
	Controladora	Consolidado
Contas a receber:		
Permutas	3.830	6.518
Imobilizado:		
Aquisição de imobilizado a prazo	11.491	20.389
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	601	2.957
Imposto de renda e contribuição social:		
Compensação de impostos diferidos	13.817	27.744
Patrimônio líquido:		
Dividendos mínimos obrigatórios	28.615	36.397

27. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, constantes nas apólices de seguros:

	Importâncias seguradas	
	Controladora	Consolidado
Risco empresarial	28.712	28.712
Riscos financeiros	106.056	142.553
Responsabilidade civil	73.000	73.250

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Gestão de risco financeiro

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia e das suas controladas, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e das suas controladas.

i) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. As operações da Companhia e das suas controladas estão relacionadas à locação de bens móveis e espaços para a colocação de produtos eletrônicos, principalmente painéis eletrônicos para a divulgação informatizada de publicidade e dados de interesse público ou particular, e a carteira de clientes, além de diversificada, é constantemente monitorada com o objetivo de reduzir perdas por inadimplência. A Companhia e suas controladas adotam procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A Companhia e suas controladas monitoram sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Companhia e suas controladas tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia e das suas controladas.

ii) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de longo prazo (60/120 meses). A diretriz da Companhia e das suas controladas é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, onde a geração de caixa projetada tem que superar as obrigações contratadas (financiamento, adições de imobilizado, aquisições), mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia e suas controladas buscam estruturar junto ao mercado financeiro operações de longo prazo, de modo a alinhá-la a geração de caixa esperada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

	Controladora						
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	140.866	140.866	56.346	84.520	-	-	-
Debêntures	1.305.647	1.305.647	11.640	2.090	226.513	923.181	142.223
Passivo de arrendamento	34.174	34.174	2.992	3.106	6.875	21.201	-
Contas a pagar por aquisição de empresa	26.067	26.067	22.466	434	2.167	1.000	-
	1.506.754	1.506.754	93.444	90.150	235.555	945.382	142.223

	Controladora					
31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Fornecedores	114.270	114.270	45.708	68.562	-	-
Empréstimos e financiamentos	173.997	173.997	80.462	23.228	23.171	47.136
Debêntures	750.471	750.471	143.860	64.334	179.409	362.868
Passivo de arrendamento	39.029	39.029	2.560	2.766	5.881	27.822
Contas a pagar por aquisição de empresa	35.162	35.162	10.000	2.986	19.816	2.360
	1.112.929	1.112.929	282.590	161.876	228.277	440.186

	Consolidado						
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	196.080	196.080	78.432	117.648	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.492	10.492	915	871	1.741	6.965	-
Debêntures	1.305.647	1.305.647	11.640	2.090	226.513	923.181	142.223
Passivo de arrendamento	41.456	41.456	4.127	4.328	9.273	23.728	-
Contas a pagar por aquisição de empresa	53.603	53.603	41.468	434	9.978	1.723	-
	1.607.278	1.607.278	136.582	125.371	247.505	955.597	142.223

	Consolidado					
31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Fornecedores	144.188	144.188	57.675	86.513	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.009	199.009	96.623	24.485	24.313	53.588
Debêntures	750.471	750.471	143.860	64.334	179.409	362.868
Passivo de arrendamento	45.791	45.791	3.351	3.618	7.785	31.037
Contas a pagar por aquisição de empresa	58.668	58.668	25.462	2.986	26.414	3.806
	1.198.127	1.198.127	326.971	181.936	237.921	451.299

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas possuem uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Companhia e suas controladas realizam aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da companhia e suas controladas são direcionadas de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco.
- A Companhia e suas controladas deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress.

a) *Risco cambial*

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "*swap*".

b) *Risco de taxa de juros*

	Valor contábil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros de taxa juros				
Ativos financeiros	281.104	393.891	519.984	482.424
Passivos financeiros	(1.305.647)	(924.468)	(1.316.139)	(949.480)
	(1.024.543)	(530.577)	(796.155)	(467.056)

Análise de sensibilidade de taxa de juros

O CPC40 aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, na divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia e suas controladas estejam expostas na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativo financeiro

Os ativos financeiros estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

			Controladora		
Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Passivos financeiros	Alta CDI	1.305.647	1.465.589	1.505.574	1.545.560
Impacto no resultado antes dos impostos			(159.942)	(199.927)	(239.913)

			Consolidado		
Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Passivos financeiros	Alta CDI	1.305.647	1.465.589	1.505.574	1.545.560
Passivos financeiros	Alta TJLP	10.492	11.272	11.466	11.661
Impacto no resultado antes dos impostos			(160.722)	(200.901)	(241.082)

	31/12/2024		
Indexador	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	7,43%	9,29%	11,15%

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices até 31 de dezembro de 2025 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

c) *Determinação do valor justo*

A administração considera que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
Instrumentos	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras restritas	2	18.814	18.814	25.294	25.294
Custo amortizado					
Aplicações financeiras	2	262.290	262.290	368.597	368.597
Contas a receber	2	173.836	173.836	220.615	220.615
Depósitos judiciais	2	2.068	2.068	3.242	3.242
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(140.866)	(140.866)	(114.270)	(114.270)
Contas a pagar por aquisição de empresa	2	(26.067)	(26.067)	(35.162)	(35.162)
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	(173.997)	(173.997)
Debêntures	2	(1.305.647)	(1.305.647)	(750.471)	(750.471)
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar	2	-	-	(12.392)	(12.392)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
Instrumentos	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras restritas	2	18.814	18.814	25.294	25.294
Custo amortizado					
Aplicações financeiras	2	501.170	501.170	457.130	457.130
Contas a receber	2	260.956	260.956	298.382	298.382
Depósitos judiciais	2	3.689	3.689	4.702	4.702
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(196.080)	(196.080)	(144.188)	(144.188)
Contas a pagar por aquisição de empresa	2	(53.603)	(53.603)	(58.668)	(58.668)
Empréstimos e financiamentos	2	(10.492)	(10.492)	(199.009)	(199.009)
Debêntures	2	(1.305.647)	(1.305.647)	(750.471)	(750.471)
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar	2	-	-	(12.392)	(12.392)

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2024 e 2023 instrumentos financeiros de nível 3.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

CDB, debêntures e compromissadas - avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização.

Para as demais aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos; quando da inexistência, foram baseados nos fluxos de caixa futuros, descontadas as taxas médias de aplicação disponíveis.

Contas a receber de terceiros e empréstimos e financiamentos

Os saldos de financiamentos e de contas a receber de terceiros têm seus valores justos similares aos saldos contábeis.

iv) Gestão de capital

Em virtude de as receitas da Companhia e suas controladas serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços de publicidade e propaganda, a Administração monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos. Para isso, a Companhia e suas controladas investem em inovação e geração de conteúdo dinâmico e relevante de forma a manter a atratividade de seu negócio junto aos seus clientes vis-à-vis as plataformas tradicionais de propaganda e publicidade. Não obstante, a comercialização destes espaços de publicidade e propaganda é realizada por uma equipe própria de modo a ter assegurado negociações com seus clientes que sejam alinhadas com a estratégia de marketing bem como a associação com marcas e clientes que gerem valor para a Companhia e para suas controladas.

Os riscos são revisados mensalmente pelas diretorias operacional e financeira que geram relatórios de acompanhamento. Caso sejam identificadas situações de desvio, revisões das estratégias da Companhia e das suas controladas são submetidas para aprovação da diretoria para que sejam implantadas.

A Diretoria acompanha o desempenho de seus negócios com base em um orçamento aprovado anualmente. Esse sistema permite acompanhar e validar previamente os desembolsos vis-à-vis o orçado assim como o desempenho financeiro e operacional dos investimentos, do mesmo modo que é acompanhado de perto a evolução da liquidez da Companhia e das suas controladas com foco no curto e longo prazo.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alteração quanto à política da administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiarias não estão sujeitas a exigências externas impostas de Capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro demonstrativo da relação entre dívida líquida e patrimônio líquido:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	10.492	199.009
Debêntures	1.305.647	750.471
Contas a pagar por aquisição de empresa	53.603	58.668
Total	1.369.742	1.008.148
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.447)	(29.924)
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	(519.984)	(482.424)
Dívida líquida (A)	839.311	495.800
Total do patrimônio líquido (B)	960.648	865.555
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	87,37%	57,28%

29. Eventos subsequentes

Resgate antecipado total da 5ª emissão de debêntures

Em 18 de fevereiro de 2025 foi realizado o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 5ª (quinta) emissão, celebrado em 20 de maio de 2024 pela Companhia, e com vencimento em 20 de maio de 2029. O pagamento do valor (principal e juros) totalizaram R$828.472. A liquidação foi realizada com recursos obtidos da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples.

Emissão de debêntures simples

Em 05 de fevereiro de 2025 (“Data de Emissão”), foi celebrado o “Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.”, no valor de R$800.000, por meio da emissão de 800.000 debêntures, com valor unitário de R$1 (“Valor Nominal Unitário”) e com vencimento em 20 de maio de 2029 (“Data de Vencimento”). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2026. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2,00% a.a.

Contrato de Exploração Publicitária com BRT Sorocaba

Em 24 de janeiro de 2025, a Companhia firmou, em caráter de exclusividade, contrato de exploração publicitária com a BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A. (“BRT Sorocaba”). O contrato prevê a implantação, operação e manutenção de até 150 painéis digitais ou estáticos nos terminais e abrigos de passageiros sob a gestão da BRT Sorocaba, na cidade de Sorocaba/SP.

O acordo contempla, ainda, a possibilidade de comercialização de *naming rights* para os abrigos e terminais. O contrato terá vigência de 1º de fevereiro de 2025 a 30 de agosto de 2040, reforçando a estratégia da Companhia de expansão na vertical de ruas e consolidação em centros urbanos estratégicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA Unificada)

Em 26 de março de 2025, a superintendência de registro de valores mobiliários – SRE da CVM, por meio do Ofício n° 59/2025/CVM/SRE/GER-1, deferiu o pedido de registro, apresentado pela Globo Comunicação e Participações S.A. (“Globo”), de oferta pública unificada para aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, (i) em razão da alienação do controle da Companhia à Globo; (ii) para cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM e (iii) para a saída da Companhia do segmento de listagem Novo Mercado da B3.

A OPA Unificada prevê a aquisição das ações remanescentes pelo mesmo valor pago na operação de alienação do controle, sendo este superior ao preço justo apurado em laudo independente.

***

Mensagem da Administração

Encerramos 2024 com resultados sólidos, fortalecendo nossa posição no mercado de mídia out-of-home (OOH). Nossa receita bruta alcançou R$ 1,35 bilhão no ano, um aumento de 29% comparado a 2023.

A Eletromidia ampliou sua rede no período, instalando mais 3,2 mil telas no trimestre e totalizando 69 mil unidades. Esse avanço aumentou nossa capacidade de atender à crescente demanda dos anunciantes, fortalecendo ainda mais nossa competitividade no mercado.

Nosso EBITDA atingiu R$ 408,7 milhões no ano, crescimento de 24,3% em relação a 2023, com margem de 34,4%. Mesmo com o aumento das operações, decorrente principalmente da ampliação das equipes e dos investimentos em inovação.

A disciplina financeira e a execução estratégica garantiram um lucro líquido de R$ 145,8 milhões no ano, equivalente a uma margem líquida de 12,3%. A geração de caixa operacional antes de juros alcançou R$ 415,2 milhões, um aumento de 30,8% sobre 2023, refletindo nossa capacidade consistente de gerar caixa e a sólida posição financeira da companhia.

No trimestre, avançamos em importantes projetos estratégicos. Concluímos a assinatura dos contratos da concessão do mobiliário urbano do Rio de Janeiro, garantindo exclusividade por 20 anos na operação de abrigos de ônibus, totens informativos (MUPIs) e relógios digitais (REDs), com início das operações previsto para 2027. Para financiar parte desse investimento e o desenvolvimento dos negócios, realizamos a 6ª emissão de debêntures simples, captando um total de R$ 500 milhões.

Outro marco importante foi a conclusão da aquisição do controle acionário da Eletromidia pela Globo Comunicação e Participações S.A., que agora detém aproximadamente 74,1% do capital da empresa. Essa operação reflete a confiança no potencial da Eletromidia e abre novas oportunidades para o nosso crescimento futuro.

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, parceiros e acionistas pela confiança. Reafirmamos nosso compromisso em continuar crescendo de maneira sustentável, entregando soluções inovadoras que conectam marcas e pessoas em todo o país.

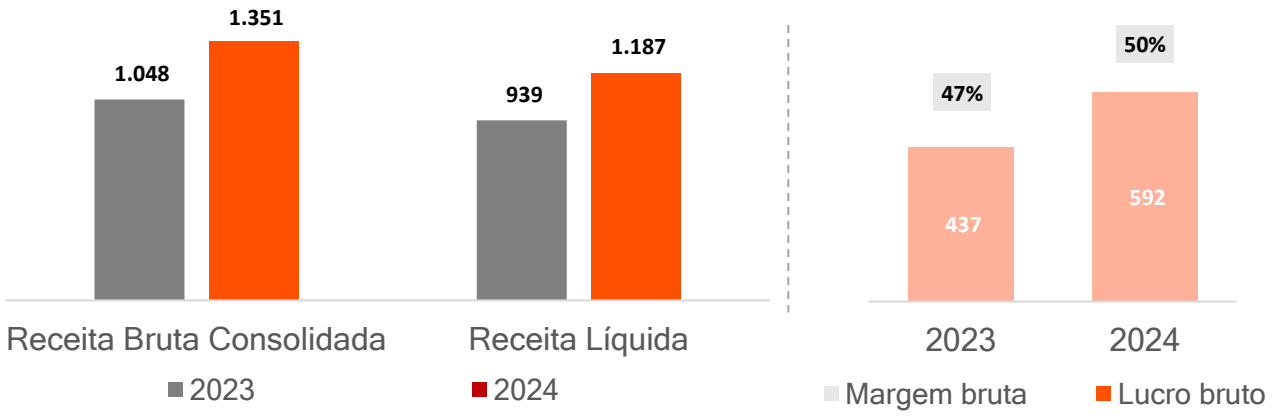
Resultados Financeiros & Operacionais consolidados

R$ Mil	4T24	4T23	Δ R$	Δ %	2024	2023	Δ R$	Δ %
Receita Bruta de Serviços	**442.921**	**380.835**	**62.086**	**16,3%**	**1.350.836**	**1.047.838**	**302.998**	**28,9%**
(-) Impostos incidentes	(48.667)	(40.609)	(8.058)	19,8%	(153.498)	(102.661)	(50.837)	-49,5%
(-) Cancelamentos	(2.517)	(2.950)	433	-14,7%	(10.131)	(6.515)	(3.616)	-55,5%
Receita Líquida	**391.737**	**337.276**	**54.461**	**16,1%**	**1.187.207**	**938.662**	**248.545**	**26,5%**
(-) Custos Serviços Prestados	(174.066)	(147.154)	(26.912)	18,3%	(595.554)	(501.337)	(94.217)	18,8%
Lucro Bruto	**217.671**	**190.122**	**27.549**	**14,5%**	**591.653**	**437.325**	**154.328**	**35,3%**
Margem Bruta	*55,6%*	*56,4%*		*-0,8 p.p*	*49,8%*	*46,6%*		*+3,2 p.p*
(-) Pessoal, Gerais & Administrativas	(67.733)	(59.871)	(7.862)	13,1%	(228.288)	(210.885)	(17.403)	-8,3%
(-) Comerciais	(21.776)	(7.441)	(14.335)	192,6%	(52.823)	(29.054)	(23.769)	-81,8%
(+/-) Outras receitas (despesas), líquidas	(10.750)	5.601	(16.351)	-291,9%	(23.859)	16.970	(40.829)	-240,6%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(13.912)	(31.850)	17.938	-56,3%	(101.319)	(114.698)	13.379	11,7%
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	**103.500**	**96.561**	**6.939**	**7,2%**	**185.364**	**99.658**	**85.706**	**86,0%**
(+/-) IRPJ & CSLL	(30.802)	(20.330)	(10.472)	51,5%	(39.602)	(6.964)	(32.638)	-468,7%
Lucro Líquido	**72.698**	**76.231**	**(3.533)**	**-4,6%**	**145.762**	**92.694**	**53.068**	**57,3%**
Margem Líquida	*18,6%*	*22,6%*		*-4,0 p.p*	*12,3%*	*9,9%*		*+2,4 p.p*

Ao longo do ano de 2024, a Receita Bruta alcançou R$ 1,35 bilhão, refletindo um avanço de 28,9% em comparação ao consolidado do ano de 2023. Esse desempenho decorre de iniciativas estratégicas voltadas à ampliação da presença da companhia, aliadas a um direcionamento comercial mais estratégico e uma atuação mais ampla no setor. Além disso, os investimentos realizados continuam reforçando a posição da Eletromidia no segmento de Out Of Home (OOH), refletindo diretamente no desempenho do período.

Ao longo do ano de 2024, os Custos dos Serviços Prestados atingiram R$ 595,6 milhões, resultando em um crescimento de 18,8% em comparação ao ano de 2023. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelos custos diretamente relacionados ao crescimento da receita.

No acumulado do ano, o Lucro Bruto alcançou R$ 591,7 milhões, um avanço de 35,3% sobre 2023. Já a Margem Bruta atingiu 49,8%, registrando uma expansão de 3,2 pontos percentuais em relação aos 46,6% registrados anteriormente.



Valores em R$ milhões

Durante ano 2024, as Despesas Operacionais atingiram um montante R$304,9 milhões, registrando um aumento de 36,8%. Esse crescimento decorre principalmente da expansão das operações, incluindo a abertura de novas praças e o reforço da equipe dedicada à plataforma voltada para pequenos e médios negócios.

Resultado Financeiro

R$ Mil	4T24	4T23	Δ R$	Δ %	2024	2023	Δ R$	Δ %
(+) Receitas Financeiras	15.169	18.761	(3.592)	-19,1%	47.810	38.648	9.162	23,7%
(-) Despesas Financeiras	(29.081)	(50.611)	21.530	-42,5%	(149.129)	(153.346)	(4.217)	-2,7%
Total resultado financeiro líquido	**(13.912)**	**(31.850)**	**17.938**	**-56,3%**	**(101.319)**	**(114.698)**	**13.379**	**-11,7%**

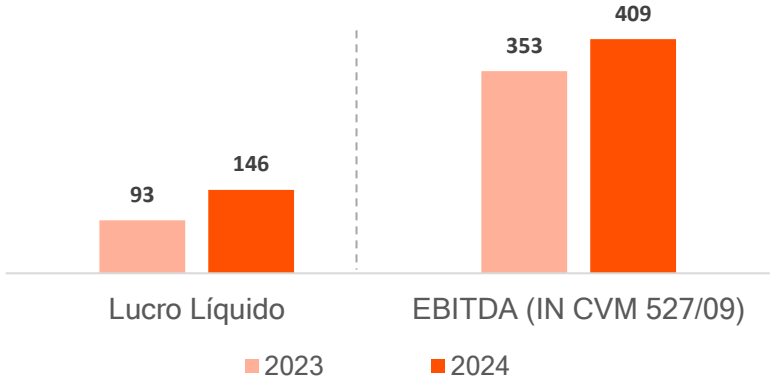
No acumulado de 2024, o Resultado Financeiro foi negativo em R$ 101,3 milhões, uma redução de R$ 13,4 milhões comparado a 2023, refletindo especialmente a liquidação de dívidas com exposição cambial e um menor volume de juros pagos no período.

EBITDA & Lucro Líquido

R$ Mil	4T24	4T23	Δ R$	Δ %	2024	2023	Δ R$	Δ %
Lucro Líquido	**72.698**	**76.231**	**(3.533)**	**-4,6%**	**145.762**	**92.694**	**53.068**	**57,3%**
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	13.912	31.850	(17.938)	-56,3%	101.319	114.698	(13.379)	-11,7%
(+/-) IRPJ & CSLL	30.802	20.330	10.472	51,5%	39.602	6.964	32.638	468,7%
(+/-) Depreciação e Amortização	30.719	34.051	(3.332)	-9,8%	122.031	138.441	(16.410)	-11,9%
EBITDA (IN CVM 527/09)	**148.131**	**162.462**	**(14.331)**	**-8,8%**	**408.714**	**352.797**	**55.917**	**15,8%**

A Companhia divulga seu EBITDA, calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido, acrescido das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido. No acumulado de 2024, o EBITDA Ajustado totalizou R$ 430,1 milhões, indicando um crescimento de 24,3% em relação ao consolidado de 2023, com um incremento de R$ 84,1 milhões e uma margem de 36,2%. O crescimento é resultado da evolução dos resultados da Companhia durante o ano, conforme explicado nas seções anteriores deste documento.

No acumulado do ano, o Lucro Líquido Ajustado somou R$ 198,3 milhões, representando um aumento de 24,7% frente a 2023, com margem líquida ajustada de 16,7%.



Valores em R$ milhões

Caixa & Endividamento

R$ Mil	4T24	4T23	Δ R$	Δ %	2024	2023	Δ R$	Δ %
Saldo Inicial	**442.922**	**405.803**	**37.119**	**9,1%**	**487.054**	**168.821**	**318.233**	**188,5%**
(+/-) Caixa Operacional excl. juros e fees pagos	112.872	132.934	(20.062)	-15,1%	415.165	317.456	97.709	30,8%
(+/-) Juros e fees pagos	(46.756)	(3.508)	(43.248)	1232,8%	(136.530)	(89.823)	(46.707)	52,0%
(+/-) Caixa Líquido Operacional	66.116	129.426	(63.310)	-48,9%	278.635	227.633	51.002	22,4%
(+/-) Caixa Líquido Investimento	(488.911)	(38.501)	(450.410)	1169,9%	(570.982)	(169.353)	(401.629)	237,2%
(+/-) Caixa Líquido Financiamento	491.490	(9.674)	501.164	-5180,5%	316.910	259.953	56.957	21,9%
Saldo Final	**511.617**	**487.054**	**24.563**	**5,0%**	**511.617**	**487.054**	**24.563**	**5,0%**
Geração Líquida de Caixa	*68.695*	*81.251*	*(12.556)*	*-15,5%*	*24.563*	*318.233*	*(293.670)*	*-92,3%*

Durante ano de 2024, a geração de Caixa Operacional antes de juros pagos totalizou R$ 415,2 milhões, um crescimento de 30,8% comparado a 2023. A geração de Caixa Operacional líquida de juros pagos foi de R$ 278,6 milhões, um aumento de 22,4% em comparação a 2023.

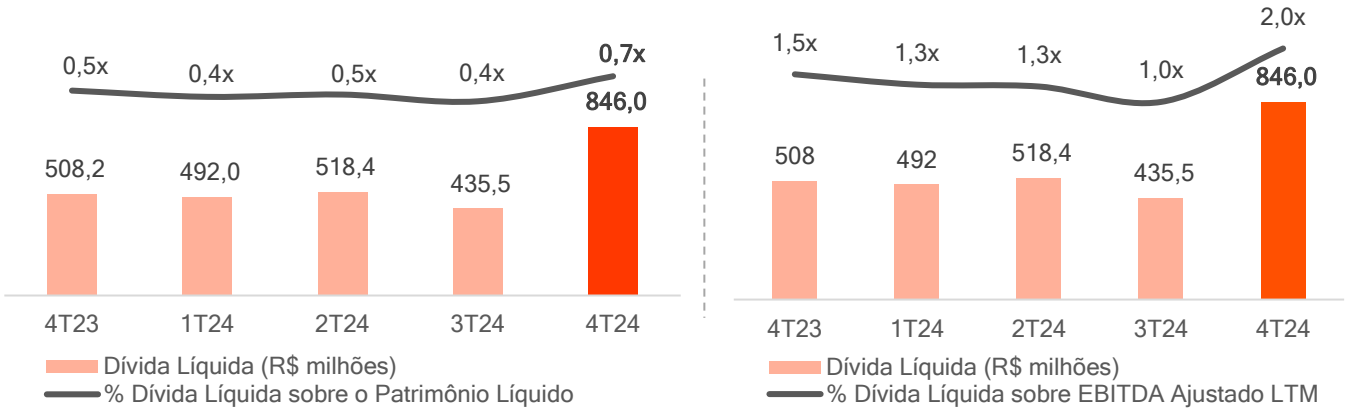
Em 2024, os investimentos totalizaram R$ 570,9 milhões, um crescimento de 237,2% em relação a 2023. Esse crescimento é atribuído (i) pelo pagamento de 50% da parcela fixa de outorga referente aos Lotes 1 e 2 da Concorrência Pública realizada pelo Município do Rio de Janeiro para concessão de mobiliário urbano, (ii) aquisição de painéis digitais para a instalação de novas concessões em ruas e digitalização de ativos, e (iii) novos ativos em elevadores.

As movimentações no Caixa de Financiamento refletiram principalmente a captação de recursos no período, destacando-se a emissão de debêntures no valor de R$ 500 milhões, cujo montante foi majoritariamente destinado ao pagamento das outorgas do Rio de Janeiro, sendo o saldo restante direcionado ao fluxo regular das operações. Dessa forma, encerramos o período com saldo em caixa de R$ 511,6 milhões e geração líquida de caixa de R$ 68,7 milhões.

R$ Mil	4T24	4T23	Δ R$	Δ %
Empréstimos & Financiamentos				
(+) Debêntures	1.305.647	750.471	555.176	74,0%
(+) Empréstimos & Financiamentos	10.492	199.009	(188.517)	-94,7%
(+) Passivo de Arrendamento	41.456	45.791	(4.335)	-9,5%
Dívida Bruta	**1.357.595**	**995.271**	**362.324**	**36,4%**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	*(511.617)*	(487.054)	*(24.563)*	*-5,0%*
Dívida Líquida	**845.978**	**508.217**	**337.761**	**66,5%**
Patrimônio Líquido	**1.164.428**	**1.045.815**	**118.613**	**11,3%**
Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido	0,7x	0,5x		
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado LTM	2,0x	1,5x		

Durante o quarto trimestre de 2024, a Dívida Bruta da companhia totalizou R$ 1,357 bilhão. A variação frente ao ano anterior é explicada principalmente pela nova emissão de debêntures realizada no período. Por outro lado, a linha de Empréstimos e Financiamentos apresentou redução devido às amortizações realizadas. Houve também uma diminuição no Passivo de Arrendamento, refletindo uma maior amortização que superou a entrada de novos contratos.

A Dívida Líquida encerrou o período em R$ 846,0 milhões, aumento de 66,5% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, decorrente principalmente da nova emissão de debêntures, cujos recursos foram destinados ao pagamento da outorga no final do ano. O Patrimônio Líquido da companhia atingiu R$ 1,164 bilhão ao final do 4T24, superior aos R$ 1,045 bilhão registrados no mesmo período de 2023. Assim, o índice Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado dos últimos doze meses encerrou o trimestre em 2,0x.



Valores em R$ milhões

Declaração da Diretoria Estatutária

Em cumprimento às disposições constantes da resolução CVM 80 de 2021, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para realizar auditoria e emitir relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. A administração da Companhia informa que não contratou o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse ou de independência.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os diretores da Eletromidia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Leopoldo de Magalhães Jr., 700, 9º andar, São Paulo, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Alexandre Guerrero Martins
Diretor Presidente

Ricardo de Almeida Winandy
Diretor Financeiro e RI

ELETROMIDIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.347.516/0001-81
NIRE 35.3.0045889-3 | Código CVM nº 02556-9

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2025

Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da ELETROMIDIA S.A. ("**Companhia**"), no exercício de suas atribuições, conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria, realizaram a análise e verificação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e da opinião dos auditores independentes, considerando as informações prestadas pela administração e pelos auditores independentes da Companhia ("**Demonstrações Financeiras**"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, concluem, por unanimidade, sobre a adequacidade, em todos os aspectos relevantes, das Demonstrações Financeiras quanto à posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e portanto, estão aptos à submissão ao Conselho de Administração.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Márcio Santiago Câmara
Coordenador

Fernanda Rossi Soares
Membro

Luis Felipe Costa Romero de Barros
Membro